

REFLEXÕES SOBRE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO NORTE DE PORTUGAL

por

Susana Oliveira Jorge*

O período de tempo ao qual dedicaremos algumas reflexões neste breve texto, é muito amplo: abarca os finais do III^o/inícios do II^o milénio a.C. até aos primeiros séculos do I^o milénio a.C. Correspondendo, na quase totalidade, ao que abusivamente se tem chamado «Idade do Bronze», ele integra, em cada fase, na Península Ibérica, e em particular no Noroeste, comunidades em diferentes estádios de desenvolvimento, que, no quadro generalizado de uma progressiva intensificação agro-pastoril, se caracterizam por estabelecer, de forma mais ou menos profunda, consoante a época e as regiões, mecanismos cada vez mais apertados de interacção social..

Nestas circunstâncias, cremos que, em vez de tentar traçar o quadro evolutivo dos fenómenos ocorridos numa tão extensa parcela de tempo, será mais sugestivo questionar certos temas eventualmente polémicos, na abordagem das populações pré-históricas que ocuparam o Norte de Portugal durante cerca de 1.300 anos¹.

1. Uma questão que se nos afigura, desde logo, premente, é tentar caracterizar os **antecedentes culturais** que podem, de algum modo, explicar, na passagem do III^o para o II^o milénio a.C. e durante o primeiro quartel deste último, as transformações sociais verificadas em algumas áreas da região, evidenciadas pelo aparecimento de ricas tumulações individuais e pela circulação de objectos de prestígio em metal, entre prováveis elites pertencentes a comunidades já embrionariamente hierarquizadas.

Num trabalho recente² tivemos oportunidade de sugerir que o III^o milénio a.C. foi, no Norte de Portugal, um período decisivo no processo de sedentarização e ocupação de novos territórios até então não sistematicamente habitados. Pese embora a diversidade cultural e as assimetrias regionais assinaladas, e a dificuldade ainda presente em caracterizar as diversas populações desta fase, em múltiplos aspectos da

* Instituto de Arqueologia, Fac. de Letras da Universidade do Porto.

¹ Dadas as características de síntese deste trabalho, reduzimos ao indispensável as notas bibliográficas. No entanto, muitas das ideias nele expressas resultam de uma reflexão pessoal baseada em diversas leituras, de que dá conta a bibliografia final.

A área geográfica abrangida por este trabalho é convencionalmente constituída pelas províncias do Minho, Douro Litoral, e Trás-os-Montes e Alto Douro.

² Jorge, Susana O. (1986), *Povoados da Pré-História...*

sua configuração socio-económica (nomeadamente no padrão da relação habitat/sepulcro), cremos poder discernir alguns pontos convergentes que as associam entre si: um paulatino aumento demográfico parece ser correlativo de uma expansão para zonas quase ou totalmente virgens (próximo de boas vias naturais de comunicação ou do litoral), do progressivo investimento no domínio agro-pastoril, do alargamento das relações e intercâmbios supra-regionais, cada vez mais explícitos através da busca e provável redistribuição de matérias-primas raras ou ausentes a nível local. Todos estes aspectos convergem, nos finais do III^o milénio a.C., para a emergência de comunidades que, ainda que de raiz igualitária, parecem integrar no seu seio uma nova realidade social. Na verdade, no povoado calcolítico da Pastoria (Chaves), por exemplo, na última fase da sua ocupação (inícios do II^o milénio a.C. ?), a cerâmica campaniforme surge acompanhando os primeiros artefactos em cobre (de morfologia calcolítica), a par dos primeiros indícios da prática de actividades têxteis no local; por outro lado, em monumentos sepulcrais com *tumulus* (construídos ou reutilizados nesta fase), comportando câmaras simples ou com corredor, surge também, por vezes, cerâmica campaniforme, numa clara insinuação de uma **mudança abrangente de comportamentos** face à tradicional ideologia do poder. Independentemente de podermos e devermos questionar o valor simbólico que em cada contexto deve ser conferido à cerâmica campaniforme – ou seja, qual o peso que ela tem como reflexo de uma hipotética transformação social emergente – parece-nos indiscutível que a sua presença atesta, em maior ou menor grau, e segundo vários sentidos possíveis, uma mudança qualitativa no que toca aos valores que legitimam, por parte de um segmento da sociedade, a sua liderança.

De qualquer forma, gostaríamos neste momento de acentuar que, pela investigação recente, parece poder insinuar-se um **movimento de intensificação sócio-económica** que terá sido, pelo menos, em parte, responsável pelas transformações sociais ocorridas durante a passagem do III^o para o II^o milénio a.C. Contudo, se podemos sugerir esta linha de força, não possuímos ainda bases arqueológicas concretas para a poder desenvolver em todas as vertentes. Se nos povoados estudados na região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar³ foi indirectamente observado, ao longo do III^o/ inícios do II^o milénio a.C., um significativo aumento da produção agrícola, não se dispõe ainda de dados sobre a fauna e a flora da época, na própria região em análise, para podermos caracterizar com mais pormenor o tipo de investimento realizado. Para além dos poucos vestígios faunísticos reconhecidos na Pastoria (Chaves), relativos à utilização de animais domésticos (ovicaprídeos e suídeos), presentes nas duas fases de ocupação, de sementes de trigo comum, detectadas no povoado de Castelo de Aguiar (V^a P^a de Aguiar), referentes à ocupação dos inícios do II^o milénio a.C., e de milhares de sementes de cereais encontradas na estação do Buraco da Pala (Mirandela)⁴, provavelmente insertas em níveis de ocupação do III^o e começos do II^o milénio a.C., não conhecemos outros testemunhos do

³ V. nota 2.

⁴ Sanches, Maria de Jesus (1987), O Buraco da Pala..., pp. 58-77.

género, estratigrafados, que tenham sido recentemente publicados. Se, porventura, nos finais do III^o milénio a.C. se verificou nesta área da Península, um conjunto de inovações de carácter económico e social integráveis no que Sherratt⁵ designou, a nível europeu, a «Revolução dos Produtos Secundários», e que Harrison⁶ provou ter ocorrido em diversas regiões peninsulares (pelo menos, a partir do Calcolítico Final e ao longo da Idade do Bronze), não nos encontramos ainda em situação de poder confirmar tal sequência de fenómenos para o Norte de Portugal. Na verdade, a utilização secundária de animais, através do aproveitamento preferencial do leite, do queijo e da lã, para além do eventual uso da sua força de tracção, não pode, de momento, ser testada em nenhum dos contextos investigados, mesmo os que foram recentemente objecto de uma análise exaustiva. No entanto, apesar deste aspecto lacunar da pesquisa, não se deve ignorar o impacto social que, em outras regiões, tal conjunto de transformações tecnológicas e económicas trouxe às populações. Tal como nos descrevem Sherratt⁷, Gilman⁸ ou Barker⁹, entre outros, a *colonização* de novos territórios e a especialização cada vez mais acentuada do sistema agro-pastoril fomentaram, naturalmente, uma sobrevalorização da terra e um especial cuidado na sua posse e transmissão. A competição entre comunidades, face à necessidade de proteger o acesso a certas porções de solo, tornadas mais ricas a prazo, pelo trabalho nelas investido ao longo do tempo, desenvolveu, não só a promoção de elites mais estáveis, como, no interior dos grupos, o papel social do homem relativamente ao da mulher, tradicionalmente ligada a uma agricultura de enxada. cremos também que todas estas transformações terão acentuado drasticamente antigas assimetrias regionais, desde sempre existentes, mas agora particularmente notórias pela introdução, espacialmente desigual, de inovações técnicas e económicas, motores decisivos do desenvolvimento social.

Relativamente ao Norte de Portugal, se não existem provas documentais directas de que a *R.P.S.* se deu (pelo menos ainda durante o III^o milénio a.C.), encontram-se apreciáveis vestígios arqueológicos de mudanças na localização, dimensão e estratégia defensiva de certos povoados, diversidade e riqueza da sua *cultura material*, monumentalidade de alguns túmulos, certos deles em curso de escavação¹⁰, a qual tem revelado espólios diversificados.

Em conclusão, pensamos que o estudo da evolução cultural ao longo do III^o milénio a.C., no Norte de Portugal, requer um conjunto de acções concertadas, no sentido de se obter, a curto prazo, provas inequívocas de um amplo processo social, paralelo ao que se deu em muitas outras regiões peninsulares e que caracterizou, afinal,

⁵ Sherratt, A.G. (1981), *Plough and pastoralism...*, pp. 261-306.

⁶ Harrison, R.J. e Moreno López, G. (1985), *El policultivo ganadero...*, pp. 51-82.

⁷ V. nota 5.

⁸ Gilman, A. (1981), *The development of social...*, pp. 1-8.

⁹ Barker, G. (1985), *Prehistoric Farming...*

¹⁰ Recentes estudos, ainda inéditos, em monumentos sepulcrais do litoral minhoto, realizados por Eduardo Jorge da Silva, da Universidade Portucalense (inf. pessoal), têm contribuído para alterar a visão tradicional da relativa pobreza de espólios tumulares do megalitismo do Norte de Portugal.

toda uma época-charneira da Pré-história europeia.

2. Na passagem do III^o para o II^o milénio a.C. e durante quase toda a primeira metade deste, observam-se no Norte de Portugal conhecidas inovações de âmbito material, em contextos tumulares e habitacionais, que os arqueólogos se habituaram a relacionar, de forma linear, com transformações profundas na esfera social.

De facto, desde provavelmente os finais do III^o milénio a.C., assistimos ao aparecimento de cerâmica campaniforme (complexo marítimo) num apreciável número de contextos tumulares (monumentos com *tumulus*) e num único povoado (Pastoria) integrável na ambiência calcolítica dos habitats com cerâmicas decoradas desta região.

Embora seja difícil avaliar, na actual fase das investigações, a cronologia e a relação estratigráfica da cerâmica campaniforme mais antiga com o período de utilização dos monumentos onde foi achada, parece-nos ser possível, desde já, adiantar as seguintes considerações: a cerâmica campaniforme, na sua concepção original, não parece ter tido grande impacto na província de Trás-os-Montes, tanto quanto podemos inferir a partir dos testemunhos detectados até ao momento; a ocidente, no Entre-Douro-e-Minho, a sua presença, aparentemente dissociada de outros elementos de âmbito especificamente campaniforme, adverte-nos, no entanto, para a sua inserção, desde o primeiro momento, em contextos culturais quicá diferenciados¹¹, cuja especificidade conviria explorar. Na verdade, será lícito perguntar se tal tipo de artefacto desempenhou um papel simbólico similar nos vários locais onde se inseriu, ou se, pelo contrário, devemos olhar tal cerâmica como um objecto padronizado exercendo *funções* plurais. Apesar da precaução com que devemos apreciar a presença de tal cerâmica, enquanto reflexo de uma hipotética mudança global de comportamentos, parece-nos que ela poderá preconizar, pelo menos em alguns contextos, uma alteração de fundo: uma fracção da comunidade passa a ser detentora, pela primeira vez, dum produto tipificado, com prestígio supra-regional, o que pressupõe a existência de um sistema já desenvolvido de relações intercomunitárias. A cerâmica campaniforme pode também ser indício, entre algumas populações, da ascensão de uma elite com características diferentes, promovida ao longo do III^o milénio a.C., mercê de uma intensificação do trabalho da terra e do paulatino controlo de vias de circulação de matérias-primas raras como o cobre, o sílex, ou mesmo, desde os finais do milénio, os têxteis, entre muitos outros materiais que não deixaram rasto arqueológico. O contexto habitacional em que tal cerâmica aparece no povoado da Pastoria é um bom exemplo do que acabamos de sugerir.

Contudo, nesta primeira fase, em que a cerâmica campaniforme ocorre ainda aparentemente isolada, as estruturas económicas e sociais que lhe são receptivas poderão ainda não ter sofrido profundas transformações. O facto da matéria-prima em que o novo objecto de prestígio é feito poder ser procurada

¹¹ Sobre a problemática da eventual diferenciação arqueológica entre contextos tumulares e habitacionais do III^o milénio a.C., v. nota 2.

no local, não exigindo assim especiais custos de transporte, determina que o seu fabrico, em si mesmo, não interfira nos circuitos tradicionais de busca e distribuição de *mercadorias* de luxo. Este aspecto parece-nos da máxima importância para se compreender a inserção da cerâmica campaniforme mais antiga em contextos culturalmente arcaizantes, como são os clássicos sepulcros com *tumulus* ou um povoado calcolítico tradicional. Assim, a cerâmica é assimilada sem rupturas arqueologicamente visíveis, por algumas comunidades locais, cujas elites desejam possuir um novo *status* de poder, sem que isso actue de forma significativa no sistema cultural total.

Durante a primeira metade do II^o milénio a.C., o panorama social do Norte de Portugal parece acusar mudanças assinaláveis. Em primeiro lugar, do ponto de vista arqueológico, proliferam contextos tumulares, depósitos, e achados dispersos de características muito variadas. Sem procurar qualquer espécie de enunciação exaustiva, citemos alguns exemplos contextualizados. No monumento com *tumulus* (dólmen de corredor) de Madorras 1 (Sabrosa) surge cerâmica campaniforme incluível nos complexos marítimos, de Palmela e Ciempozuelos; no monumento com *tumulus* (dólmen simples ou, se quisermos, câmara rectangular cistóide) de Chã do Carvalho 1 (Baião) ocorre, em terras provenientes da câmara, cerâmica campaniforme integrável nos complexos marítimo, de Palmela e Ciempozuelos e, nas terras do *tumulus*, um belo conjunto, *in situ*, de dois punhais de lingueta e cinco pontas de tipo Palmela em cobre, que datam a fase de construção do monumento; nos sepulcros com *tumulus* de Vilar (Vila do Conde) e Chã de Arefe (Barcelos) surgem braçais de arqueiro em pedra e pontas de tipo Palmela em cobre; na sepultura *plana* (cista individual) da Quinta da Água Branca (V^a N^o de Cerveira) foram exumados uma espada campaniforme em cobre arsenical, espirais simples e aros em ouro e ainda um diadema frontal decorado, também em ouro; na sepultura *plana* (cista?) de S. Bento de Balugães (Barcelos) foram descobertas três pontas de tipo Palmela em cobre arsenical e uma *gargantilha* em ouro. De referir a global coexistência de tumulações de âmbito campaniforme clássico (por ex., Chã do Carvalho 1) e de tipo *Montelavar* (por ex., Quinta da Água Branca, S. Bento de Balugães, ou mesmo, Chã de Arefe), provando o que desde há um certo tempo vimos intuindo, ou seja, a possível contemporaneidade dos dois tipos de tumulações dos inícios do II^o milénio a.C., integrando espólios parcialmente similares, segundo diferentes combinatórias. De notar ainda a distribuição litoral do chamado *grupo de Montelavar*, e a maior expansão para o interior de tumulações com cerâmica campaniforme tardia. O único povoado conhecido é o do Tapado da Caldeira (Baião), que também forneceu cerâmica campaniforme, na qual foram reconhecidas temáticas do complexo de Ciempozuelos e de estilos regionais.

Depósitos e achados descontextualizados, em cobre arsenical ou ouro, ocorrem também por toda a região em análise, inserindo-a numa ampla rede de circulação de artefactos de prestígio em metal, cujas fronteiras ultrapassam, em muito, o próprio Noroeste peninsular¹².

¹² V. nota 2, vol. I – B.

Finalmente, é de referir a existência de um outro tipo de sepulcros de carácter provavelmente individual, cujos espólios não só são pobres (predominam vasos cerâmicos) como fazem transparecer um fundo cultural autóctone: estão neste caso monumentos sob *tumulus* (câmaras cistóides ou cistas), como, por exemplo, Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4 (Baião), Antela da Portelagem (Esposende), Lomba de Coimbró (Montalegre) ou Portela do Gorgurão (Boticas)¹³.

A lista dos testemunhos desta fase poderia ser facilmente acrescentada. Eles surgem, no entanto, muitas vezes fora de contexto, fornecendo uma informação muito deficiente e desigual para a reconstituição do quadro social existente. Se ideia há a fixar desta breve enumeração de estações e respectivos materiais é a de que, para além da notável **variabilidade tumular** observada, surgem pela primeira vez sepulcros de inumação individual de pequenas dimensões, pouco destacados ou mesmo totalmente disfarçados na paisagem. Estes novos túmulos poderiam ser construídos sem que a comunidade interviesse globalmente na sua feitura (como aconteceria anteriormente na edificação de grandes monumentos megalíticos), o que, desde logo, atesta **uma nova relação entre a comunidade e as elites detentoras do poder**. Uma outra inovação diz obviamente respeito a alguns espólios. A substituição de artefactos de prestígio de características ambivalentes por objectos de valor simbólico personalizados (armas e jóias) não só reflecte a emergência de um novo tipo de liderança (masculina), como, sobretudo, acusa uma reorientação da ideologia do poder que decorre de um novo padrão de contactos supra-regionais abarcando agora toda a fachada atlântica. Como nos acentua Shennan¹⁴, em diversos trabalhos sobre este tema, o poder passa a medir-se pela posse de certos objectos padronizados, os quais adquirem assim um valor intrínseco. Eles são usados para criar legitimidade, e, dado que a matéria-prima com que são feitos (o metal) ocorre apenas em certas áreas bem localizadas, a sua posse passa a estar dependente de um complexo mecanismo de alianças e contactos a distância entre comunidades de complexidade social semelhante. Neste sentido, as relações intercomunitárias que poderão, em parte, explicar a expansão do fenómeno campaniforme, são facilmente integráveis no conceito global, definido por Renfrew, de *peer polity interaction*¹⁵. O cerne de um tal conceito passa, quanto a nós, por uma nova forma de integração social das populações. Essa integração resulta do carácter **abrangente dos contactos**: para que alguns *items* de prestígio circulem livremente entre comunidades de nível similar, é necessário que eles se integrem em estruturas de procura recíproca que tendem a incorporar áreas inicialmente alheadas do circuito directo das interações¹⁶. Isto determina a **inclusão no sistema de comunidades em menor grau de complexidade social**, que funcionam como *intermediárias* num processo que elas não despoletaram, mas que

¹³ V. nota 12.

¹⁴ Shennan, S.J. (1982), *Ideology, change...*, pp. 155-161; *idem* (1986), *Interaction and change...*, pp. 137-148.

¹⁵ Renfrew, C. (1982), *Polity and power...*, pp. 264-290; *idem* (1986), *Introduction: peer polity interaction...*, pp. 1-18.

¹⁶ Shennan, S. J. (1982), p. 160.

lentamente as absorverá. Este aspecto do problema poderá justificar a **variabilidade de contextos tumulares tocados, com intensidade diversa, pelo fenómeno campaniforme no Norte de Portugal**. Monumentos com *tumulus* e cistas de inumação individual desprovidas de mamoa, espólios relativamente sóbrios a par de outros apreciavelmente diversificados e ricos poderão reflectir realidades sociais heterogêneas, momentaneamente aglutinadas pela mesma *malha* de contactos a distância.

Por outro lado, se, nesta perspectiva, só terá sentido investigar as **causas particulares da adopção dos elementos campaniformes em cada comunidade** que os veiculou, também será premente questionar as razões por que tal fenómeno não deixou marcas visíveis em muitas regiões do Norte do país. Por exemplo, o que poderá ter motivado o quase *vazio campaniforme* no leste transmontano, por onde circulam, a título excepcional, alguns objectos de cobre, como, por exemplo, as alabardas de *tipo Carrapatas?*

Se parece ter havido relações entre comunidades da fachada atlântica e do interior da Meseta Norte, durante a primeira metade do II^o milénio a.C., expressas na presença de artefactos metálicos do *grupo Montelavar* a leste e de cerâmica de Ciempozuelos a ocidente, será interessante investigar o comportamento das populações que, existindo entre as duas áreas, terão inevitavelmente intervido nos processos de transmissão de tais *mercadorias* de luxo. De facto, vários autores insistem repetidamente no fenómeno de **emulação**, produzido em sociedades menos complexas, pelo contacto com produtos e ideias provenientes de comunidades mais desenvolvidas. A evolução cultural específica das populações transmontanas pode ter sido influenciada, de alguma maneira, por esses contactos, sem que, no entanto, pelo registo arqueológico conhecido, tal ordem de relações seja ainda perceptível.

Por último, gostaríamos apenas de relembrar a dificuldade sempre presente em caracterizar, a partir de documentação exclusivamente arqueológica, o fenómeno da **hierarquização social**. Na ausência de povoados conhecidos, o arqueólogo utiliza normalmente, com alguma ligeireza, dados provenientes de sepulcros. Sobretudo, como é o caso presente, quando se manuseiam espólios truncados e analisam túmulos desinseridos de necrópoles onde eventualmente se integrariam. Por outro lado, como é evidente, diferentes conceitos de *hierarquia* podem legitimar diversos ritos sepulcrais, sendo aleatório designar, *a priori*, por ex., *menos hierárquica* uma comunidade que constrói cistas de inumação individual contendo apenas vasos cerâmicos, relativamente a outra que utiliza o mesmo tipo de sepulcros integrando também artefactos metálicos. Como Peebles e Kus¹⁷ nos advertem, a hierarquização social só pode ser medida através de um conjunto de fenómenos observados em **interacção** no registo arqueológico, respeitando o aparecimento de complexos níveis de diferenciação sepulcral, a presença de estruturas autónomas de subsistência e a existência de actividades artesanais especializadas realizadas, pelo menos, em tempo parcial. Nesta conformidade, os dados actualmente disponíveis para caracterizar o

¹⁷ Peebles, C.S. e Kus, S. (1977), *Some archaeological...*, pp. 421-448.

funcionamento das sociedades dos inícios do II^o milénio a.C. no Norte de Portugal parecem-nos francamente diminutos. Como já acontecia para o estudo do III^o milénio a.C., também para este período se encontra quase tudo por fazer, a começar pela programação e execução de projectos de âmbito regional que, de forma consequente, procurem definir padrões de povoamento em áreas bem delimitadas. Confrontando-nos nesta fase com algumas populações cuja trajectória interna dependia de relações inter-regionais mais intensas, só poderemos aceder à sua interpretação através de uma análise virada simultaneamente para a dissecação dos sítios e para o estudo da sua inserção em sistemas mais amplos de cooperação intercomunitária. Por todas estas razões, tal pesquisa pressupõe uma postura teórica particularmente atenta à avaliação da multiplicidade de sentidos dos testemunhos arqueológicos.

3. O período que decorre globalmente entre os sécs.XVII e XIV do II^o milénio a.C. no Norte de Portugal, é particularmente carente de dados sobre a sua evolução cultural. Recobre uma fase que, segundo a terminologia europeia convencional, se tem designado *Bronze Médio*, mas cuja especificidade é bastante difícil de determinar. A recente discussão gerada em torno das terminologias aplicadas à Idade do Bronze peninsular¹⁸, aliás decorrente, em parte, de posições entretanto defendidas por autores ingleses¹⁹, leva-nos a reflectir sobre os testemunhos identificados nesta região, no sentido de tentar discernir, no registo arqueológico, eventuais continuidades e rupturas relativamente aos sécs. anteriores.

Os investigadores que, ao longo do tempo, abordaram os dados desta época têm-se confrontado com a exclusiva identificação de artefactos metálicos descontextualizados. Embora alguns raros objectos tenham merecido uma análise conveniente, a maior parte deles não possui elementos quanto à natureza da composição metalográfica, processo de fabrico e caracterização tipológica exaustiva. Por outro lado, acresce que um determinado número de padrões morfológicos deve ter perdurado da fase anterior, como parece ter acontecido com alguns tipos de machados em cobre arsenical. Este imobilismo tipológico tem acarretado, aliás, óbvias dificuldades na datação de tais artefactos. Com base neste facto, diversos autores²⁰ têm insistido num certo *isolamento* do Norte de Portugal (e do Noroeste em geral), durante este período, relativamente a outras regiões peninsulares e, sobretudo, à fachada atlântica europeia. Coffyn tentou explicar tal possível retracção dos contactos atlânticos pelo aparecimento, durante o chamado Bronze Médio, de novos circuitos de aprovisionamento do cobre arsenical (tradicionalmente ligados à Península Ibérica), de origem continental, que passariam a servir a Bretanha, o Centro-Oeste e a região do Médoc.

Contudo, se seguirmos os poucos dados colocados à nossa disposição, talvez

¹⁸ Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), Reflexiones terminológicas..., pp. 323-342; Fernández Manzano, J. (1985), La Edad del Bronce..., pp. 54-81.

¹⁹ Coles, J.M. e Harding, A.F. (1979), *The Bronze Age...*

²⁰ Briard, J. (1965), *Les Depots Bretons...*; *idem* (1976), *L'Âge du Bronze en Europe...*; Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), *La Peninsula Ibérica...*; Coffyn, A. (1985) *Le Bronze Final Atlantique...*

possamos chegar a um ponto de vista ligeiramente diferente do que é habitualmente enunciado.

De facto, nos finais da primeira metade/inícios da segunda metade do II^o milénio a.C. (seguimos aqui o faseamento cronológico proposto por Ruiz-Gálvez Priego)²¹, poderão surgir os primeiros machados de bordos côncavos e gume semi-circular, alguns ainda em cobre arsenical, mas outros já fabricados em bronze. Duma fase entre 1.600/1.500 a.C. poderá também datar a espada em cobre arsenical, por vezes designada *proto-argárica*, de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), que Almagro-Gorbea²² aproxima das Bretãs de tipo Tréboul - St. Brandan. Numa época posterior (*Bronze Médio I*) poderão ser reconhecidos os primeiros machados em bronze de tipo *Bujões-Barcelos*. Nesta fase, Ruiz-Gálvez Priego insere as pontas de lança em bronze de Lama Chã (Montalegre), que a autora considera serem uma produção local, sem aparente paralelo nos contextos conhecidos contemporâneos. No entanto, Coffyn data tais objectos do Bronze Final III. Numa fase imediatamente anterior a cerca de 1.200 a.C. (*Bronze Médio II*) identificar-se-ão, além de machados de tipo *Bujões-Barcelos*, machados em bronze de rebordos e também de talão (sem anéis), de afinidade atlântica.

Ou seja, durante os cerca de 400-500 anos que antecederam o florescimento do chamado Bronze Final, observa-se não só uma importante *inovação tecnológica* (a descoberta da liga do bronze), como directa ou indirectamente as *influências atlânticas* nunca deixaram de se fazer sentir, embora ocorram com menor incidência no registo arqueológico. Aliás, essas influências atlânticas são também visíveis, por exemplo, na tipologia do bracelete maciço decorado do Corvilho (S. Tirso) (de tipo Bignan), ou dos braceletes em ouro de Arnozela (Fafe), como será também aceite sem polémica.

Para além destes factos observados constatam-se, no entanto, duas grandes ausências: sepulcros (inequivocamente datados desta época) e povoados. Do fim deste período global e na charneira para o Bronze Final, conhecemos uma pequena necrópole de sepulturas de provável inumação individual, cada uma contendo um vaso cerâmico - a necrópole do Tapado da Caldeira (Baião). Outras sepulturas de morfologia similar poderão ser eventualmente deste período ou mesmo já mais tardias²³. De qualquer forma, é de mencionar, nos casos referidos, a ausência de espólios ricos com artefactos metálicos de prestígio, como ocorria nos inícios do II^o milénio a.C.

Nesta ordem de ideias, a ausência de sepulcros e povoados conhecidos, a sobrevivência de tipos de artefactos metálicos do chamado Bronze Inicial, para além da exclusiva presença de achados dispersos, tem levado diversos autores a desvalorizar a personalidade cultural deste período, assimilando-o, no essencial, à etapa cultural anterior²⁴.

²¹ V. nota 20.

²² Almagro-Gorbea, M. (1976), *La espada de Entrambasaguas...*, pp. 455-475.

²³ Referimo-nos a sepulturas (cistas de inumação individual) contendo vasos de «largo bordo horizontal». Sobre a cronologia possível destas sepulturas, v. Jorge, Susana O. (1988), *O Povoado da Bouça...*, pp. 75-82.

²⁴ Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), e Coffyn, A. (1985) (v. nota 20).

Ora, sem querer negar o que é evidente, como seja um certo *conservadorismo* morfológico de alguns artefactos, ou um objectivo vazio de informação (que poderá ser bastante elucidativo quanto à natureza das estruturas sociais vigentes nesta fase), permita-se-nos que expressemos algumas ideias sobre este assunto. Face à ausência de uma investigação sistemática no Norte de Portugal, será talvez ainda precoce utilizar a inexistência de certos elementos arqueológicos para retirar ilacções sobre a especificidade desta fase. Embora pensemos que, neste período, como em outros, o Norte de Portugal não deve ser considerado *em bloco* para efeitos de caracterização cultural, cremos, no entanto, que devemos acentuar os seguintes aspectos: o aparecimento de alguns artefactos em bronze é um indicador, a não desvalorizar, de um progressivo desenvolvimento social; não só exprime uma inovação tecnológica, como reflecte o provável controlo, por parte de algumas populações, de circuitos simultâneos de procura e distribuição do cobre e do estanho, o que pressupõe, de imediato, uma estrutura de relações supra-regionais apreciavelmente mais complexa do que a dos inícios do II^o milénio a.C.; contudo, apesar de algumas influências atlânticas já referidas poderem dar conta da existência dessas mesmas interacções, parece-nos que não devemos apreciar as comunidades deste período à luz dos mesmos padrões culturais do início do milénio. A ausência de sepulturas conhecidas pode não resultar apenas duma investigação deficiente. À semelhança do Bronze Médio bretão²⁵, por exemplo, pode-se ter verificado, no Noroeste, uma alteração qualitativa nos contextos tumulares, pela desvalorização da riqueza dos espólios e, globalmente, pela mudança da simbologia funerária. Os signos do poder ter-se-iam transferido dos túmulos para depósitos metálicos (apresentando, estes, sentidos muito diversos), de que podem fazer parte alguns dos artefactos dispersos actualmente conhecidos.

Tal hipótese de trabalho aproximaria mais, em termos sociais e simbólicos, as populações deste período das do Bronze Final do que das dos inícios do II^o milénio a.C. Assim, a manutenção de certos *figurinos* metálicos de tradição anterior, poderia não corresponder, por si mesma, à permanência de antigos padrões de comportamento, mas apenas a um conservadorismo estilístico, cujas causas será necessário investigar.

O período tradicionalmente designado *Bronze Médio* equivaleria, assim, a um momento de lenta viragem, e não de *estagnação*, integrando alguns arcaísmos artefactuais, mas inseridos numa realidade social que prefiguraria já o Bronze Final.

Nesta linha de pensamento, se razões existem para criticarmos a convencional divisão tripartida da Idade do Bronze no Noroeste, elas orientam-se para colocar, de preferência, uma linha divisória em torno de 1.600 a.C. Mas esta opção equivaleria a aceitar como confirmadas as sugestões atrás enunciadas, o que obviamente não é possível fazer no estado actual das pesquisas. Por outro lado, apesar de nos inclinarmos para relacionar, em certos aspectos estruturais, o chamado *Bronze Médio* com o *Bronze Final*, não podemos ignorar algumas particularidades já referidas, que apontam para uma certa especificidade daquele primeiro período, que interessará futuramente esclarecer.

²⁵ Briard, J. (1984), *Les Tumulus d'Armorique...*

4. Somente nos últimos anos o Noroeste peninsular tem sido objecto de estudos de síntese respeitando a produção metálica existente durante o Bronze final²⁶, integrada no amplo fenómeno de relações atlânticas incrementadas a partir de c. de 1.250 a.C. e mantidas até aos sécs. VIII/VII a.C. Esses estudos mantiveram-se, no entanto, até hoje, no estrito domínio da classificação tipológica dos artefactos, da análise metalográfica e do processo de fabrico de alguns exemplares e ainda no da comparação global com outros objectos similares, no intuito de se estabelecer cronologias e vias de difusão de matérias-primas, artefactos ou padrões morfológicos. No que concerne o Norte de Portugal, esses estudos debruçaram-se, durante longo tempo, sobre achados dispersos, desconhecendo-se mesmo depósitos completos, minimamente informativos sobre os mecanismos de circulação a distância de tais produtos e, em última instância, das estruturas sociais que permitiram a sua *ocultação*.

Recentemente, escavações em povoados, atribuíveis a esta fase global²⁷, permitiram um alargamento do nosso conhecimento sobre aspectos relacionados com a estratégia de povoamento, formas de exploração dos territórios, organização interna dos habitats, e ainda diversidade da cultura material dos mesmos, na qual se inclui alguns (raros) artefactos metálicos. Contudo, dado o estado ainda incipiente das investigações, tais contributos vieram ampliar enormemente a lista de questões que, doravante, se podem colocar, com algum suporte arqueológico concreto, na interpretação do Bronze Final desta região.

Neste breve texto, daremos conta resumidamente, numa primeira etapa, de alguns dos principais fenómenos observados durante este período²⁸, para, num segundo momento, reflectirmos sobre alguns temas que nos parecem ser sensíveis na abordagem de tal fase cultural.

— O Bronze Final I (1.250/1.200 - 1.100 a.C.) caracteriza-se pelo aparecimento dos primeiros machados maciços em bronze, de talão, com um ou sem anéis. Coffyn refere-se à existência, já neste período, de machados com apêndices laterais (de origem mediterrânica). Também nesta fase inicial se poderá incluir uma ponta de lança em bronze, de alvado, com tubo comprido e lâmina sinuosa, proveniente da estação da Penha (Guimarães), com afinidades no grupo Rosnøen. Não possuímos dados seguros sobre a natureza de povoados e sepulcros coevos integráveis neste período. Contudo, pela recente análise do povoado da Bouça do Frade (Baião)²⁹, em articulação com o estudo já realizado anteriormente da necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), pensamos que não será de colocar de lado a hipótese de que, na tradição do Bronze

²⁶ V. nota 24; Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, pp. 350-532.

²⁷ De salientar os povoados de S. Julião, Barbudo e Bouça do Frade que, até à data, foram os únicos habitats deste período a ser exaustivamente publicados.

²⁸ Serviram-nos de suporte documental as obras dos seguintes autores: Monteagudo, L. (1977), *Die Beile...*; Kalb, Ph. (1980), *Zur Atlantischen...*, pp. 25-59; Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984), *La Peninsula...*; Coffyn, A. (1985), *Le Bronze Final...*; Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, pp. 350-532; Silva, A.C. Ferreira da (1986), *A Cultura Castreja...*; Martins, M.M. dos Reis (1987), *O Povoamento...*

²⁹ Jorge, Susana O. (1988), *O Povoado da Bouça...*

Médio, ocorram nesta etapa provoados com fracas defesas naturais, de vocação agro-pastoril, eventualmente com estruturas subterrâneas de armazenamento, a par de sepulturas planas, de inumação individual, cujo espólio integraria simples vasos cerâmicos³⁰. De assinalar a provável existência, em povoados e sepulcros, de cerâmica proveniente da Meseta Norte, no âmbito de Cogotas I, de que são exemplos as estações de Baião acima citadas.

Durante o Bronze Final II (1.100 - 900 a.C.) observa-se a expansão de uma mais ampla quantidade de artefactos metálicos. Para além de machados de talão com um só anel, fabricam-se agora machados de talão com dois anéis (e uma eventual nervura central). Ruiz-Gálvez Priego fala-nos também da existência, nesta região, de machados de bronze de rebordos laterais. Do fim do período deverão datar pontas de lança de alvado de tipo britânico, provenientes de Abação (Guimarães) (uma delas, do séc. X a.C., seg. o C14) e punhais de bronze do tipo *Porto de Mós*, provenientes, por exemplo, de S. Julião (Vila Verde), Castro de Nogueira (Boticas) ou vale do Tâmega.

Seguindo o faseamento cronológico proposto por Ruiz-Gálvez Priego e Almagro-Gorbea³¹, poderíamos inserir ainda nesta fase exemplares de ourivesaria de tipo *Villena-Estremoz*, como o bracelete de Chaves. De realçar o desconhecimento de espadas pistiliformes no Norte de Portugal durante o Bronze Final II.

Assim, em termos de artefactos metálicos, verifica-se uma mais estreita articulação com outras regiões peninsulares e extra-peninsulares, embora a ausência de espadas e, de uma maneira geral, a fraca incidência de armas, torne esta área bastante pobre quanto à variedade da sua produção metálica.

A par de povoados (e sepulcros) do tipo já mencionado a propósito da fase anterior, que devem continuar a ser largamente utilizados durante este período, **poderão surgir, na passagem do milénio, os primeiros habitats alcantilados, com defesas naturais ou mesmo artificiais, como o atestam as altas cronologias absolutas de S. Julião (Vila Verde) e do Coto da Pena (Caminha) (séc. X a.C.).** Neste tipo de povoados ocorrerão agora, independentemente de cerâmicas comuns de âmbito local e regional, cerâmicas brunidas, lisas ou decoradas, também chamadas de tipo *Baiões*, de morfologia supra-regional, que parecem acompanhar, em alguns destes habitats, artefactos metálicos do âmbito já referido.

O Bronze Final III (900-700/600 a.C.) (fases III, IV e V de Almagro-Gorbea)³² define-se por ser um momento de maior dinamismo metalúrgico, não só pela grande variedade de objectos fabricados localmente, mas também pelos indícios de múltiplos contactos mantidos com a fachada atlântica e o mundo mediterrânico, articulando assim, numa mesma rede de intercâmbios, contextos culturais muitos diversos.

Desta forma, a par do tradicional fabrico de machados de talão com um e dois anéis, surgem alguns machados de alvado, também com um e dois anéis. Na tradição das pontas de lança de alvado de Abação (de tipo inglês) ocorrem agora exemplares

³⁰ V. nota 23.

³¹ V. nota 28.

³² V. nota 28, pp. 354-357.

alongados, como os do Castro de Picote (Miranda do Douro), Solveira (Montalegre), Bouças (Melgaço), Castro da Senhora da Graça (Monção) ou S. Julião (Vila Verde). Na família de punhais de tipo *Porto de Mós*, que devem perdurar nesta fase, poderá integrar-se eventualmente o punhal de Mire de Tibães (Braga). Alguns autores apontam, pela primeira vez, a possibilidade da existência, nesta região, de uma espada (de língua de carpa?), proveniente do vale do Tâmega. Mas, para além deste tipo de objectos, já globalmente conhecidos, surgem utensílios novos em bronze: por exemplo, foices de talão, de tipo *Rocanes*, no Coto da Pena (Caminha), uma foice de alvado aberto, de tipo britânico, em Cova da Moura (Carreço, Viana do Castelo), uma faca em bronze em Castelo de Matos (Baião) e ainda um cinzel tubular na Penha (Guimarães). Aliás, provando a eficácia da produção de oficinas locais, encontram-se moldes de fundição de artefactos metálicos (em cerâmica ou pedra) em alguns povoados, como, por ex., Castelo de Matos (Baião) ou Castro de Álvora (Arcos de Valdevez). As relações atlânticas estão relativamente bem exemplificadas no quadro da metalurgia de tipo Vénat, pela presença de fragmentos de caldeirões em bronze, de tipo irlandês, provenientes de Caldelas (Amares), do Coto da Pena (Caminha) e de um local desconhecido do Norte de Portugal; pela existência de ganchos em bronze para carne, provenientes de Solveira (Montalegre) ou do Porto(?) e ainda de um espeto articulado em bronze, de Monte da Costa Figueira (Paredes). Um capacete em bronze, de *crista* ponteguda, proveniente do Castro de Avelãs (Bragança), revela também influências atlânticas, com numerosos paralelos na bacia parisiense. No domínio dos ornamentos de vestuário cabe destacar, por exemplo, já numa fase tardia, a presença de uma fíbula de bronze aproximável às de tipo *Alcores* no Coto da Pena (Caminha). Quanto à ourivesaria, para além do reconhecimento de braceletes maciços lisos, de secção circular, como os do Bairro (V^a N^a Famalicão) ou de Vila do Conde, ou de secção poligonal, como os de Telões (V^a P^a de Aguiar), ocorrem espirais e braceletes como os de Gondeiro (Amarante), entre outros, cuja classificação e datação têm gerado controvérsia entre alguns investigadores. De apreciável interesse cultural é o magnífico bracelete decorado de Cantonha (Guimarães), que expressa uma peculiar simbiose do estilo *Villena – Estremoz* com o de *Sagrajas – Berzocana*.

De assinalar ainda no campo da produção metalúrgica, a aparição de ligas ternárias (incluindo o chumbo) a partir, genericamente, do séc. IX a.C., reconhecidas, pelo menos, em alguns objectos analisados³³.

O contexto habitacional e sepulcral desta fase é ainda mal conhecido, como aliás o de todo o Bronze Final. Contudo, com base no estudo de alguns povoados escavados (por ex., S. Julião e Barbudo em Vila Verde, Coto da Pena em Caminha, Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo, Castelo de Matos e Alto da Caldeira em Baião) e de outros que forneceram materiais de superfície relacionáveis com os exumados em contextos estratigrafados³⁴, poderemos talvez sugerir para esta fase um acentuado

³³ V. nota 28; Coffyn, A. (1985); Ruiz-Gálvez Priego, M. (1984); *idem* (1987), *Bronce Atlântico...*, p. 257.

³⁴ Martins, M.M. dos Reis (1987), *O Povoamento...*, vol. III, pp. 745-751.

polimorfismo habitacional que integra habitats de diversas dimensões, ora ocupando morros sem particulares defesas naturais, ora cerros alcantilados, por vezes em remates de esporões montanhosos, com defesas naturais ou artificiais bem marcadas (fossos, aterros ou muralhas). Inserindo-se em tipos de povoados com funções provavelmente diversificadas, ocorrem objectos metálicos e vasos cerâmicos brunidos, revelando que alguns dos *items* de maior prestígio da época se encontram disseminados por uma vasta gama de sítios habitados.

Não conhecemos túmulos inequivocamente datados deste fase. Contudo, pela cronologia proposta para o povoado da Bouça do Frade (Baião), relativa a níveis de ocupação com vasos de *largo bordo horizontal*, poderemos sugerir a hipótese de que alguns monumentos com *tumulus* ou cistas de inumação individual (neste último caso, por ex., S. Paio de Antas ou Belinho em Esposende) possam ter sido reutilizados ou construídos nesta fase global.

— As escolas anglo-saxónicas de arqueologia habituaram-nos, desde há muito, a olhar os testemunhos materiais na sua dimensão social. Campo privilegiado para o exercício de tal reflexão é o mundo do Bronze Final na Europa, onde, mercê de um extenso *banco de dados* correspondente a diferentes planos da realidade arqueológica, os pré-historiadores têm tentado reconstituir o *perfil* das comunidades desse período, e atingir as *leis* condutoras do processo social que genericamente as aglutina. Perante a riqueza da informação empírica e, sobretudo, a novidade da abordagem dessa mesma informação, têm resultado obras de síntese ou simples apontamentos de reflexão, que consideramos fundamentais para qualquer estudo regional similar. Nesta circunstância, face ao conhecimento da complexa problemática que envolve o Bronze Final europeu, é-nos particularmente penoso discorrer sobre os dados qualitativamente deficientes que possuímos para o Norte de Portugal. Objectos metálicos sem contexto, raros povoados só muito recentemente escavados numa ínfima parcela da sua área, hipotéticas sepulturas mal datadas, cujos espólios estão na sua maioria truncados, enfim, todo este panorama sombrio reduz, de forma drástica, a possibilidade de uma perspetivação verosímil da realidade cultural do Bronze Final.

Assim, as reflexões que iremos expor não aspiram a mais do que ao modesto objectivo de abrir uma ampla discussão em torno de algumas questões que, do nosso ponto de vista, deverão no futuro integrar projectos de pesquisa orientados para a reconstituição do sistema cultural total das primeiras sociedades profundamente hierarquizadas do Norte de Portugal.

Observando os breves dados enunciados anteriormente, será fácil reconhecer a existência de, pelo menos, **duas grandes etapas de desenvolvimento cultural**: uma primeira estender-se-á entre c. de 1.250 a.C. e 1.000/900 a.C.; uma segunda ocupará o tempo que decorre entre esta última data e c. de 700/600 a.C. Tentemos justificar esta primeira hipótese de compartimentação cronológica.

Durante o primeiro período referido, parece observar-se uma **incipiente produção e circulação de artefactos em bronze**: machados maciços de talão

e, provavelmente, também de rebordos. Se atendermos a diversos autores, poderemos ainda incluir, nesta fase, exemplares de ourivesaria do estilo *Villena-Estremoz*. De realçar a ausência de espadas. Também não conhecemos depósitos. Mas é lícito perguntar se alguns dos objectos dispersos não terão pertencido a tais conjuntos armazenados de artefactos. Por outro lado, este desconhecimento poderá corresponder a aspectos lacunares da nossa investigação, dado o carácter aleatório de que se reveste sempre a descoberta de tais tipos de materiais.

No entanto, se do ponto de vista da produção metalúrgica não são de assinalar presenças significativas, relativamente à estrutura económica e às estratégias de povoamento o panorama é bastante mais informativo. O recente estudo de povoados com fossas (algumas delas identificadas como estruturas subterrâneas de armazenamento), como, por exemplo, o da Bouça do Frade, trouxe-nos indicadores preciosos sobre uma notável transformação nos sistemas de subsistência: tais estruturas, que poderiam conter enormes quantidades de sementes e outros produtos de consumo básico, apontam para uma inequívoca **especialização agro-pastoril**, só possível através da aplicação de uma tecnologia agrícola sofisticada e da provável utilização de animais de tiro. Por outro lado, tal intensificação económica terá permitido, à escala dos povoados e, eventualmente, à escala regional, um **mecanismo de subsistência auto-suficiente**, que, como se sabe, é condição imprescindível para o desenvolvimento de comunidades fortemente hierarquizadas. Uma inferência possível, a exemplo do que se conhece de outros contextos contemporâneos, é a eventual inserção destes habitats em **sistemas organizados de povoamento**. Investigações futuras deverão dedicar particular atenção à identificação de outros povoados contemporâneos, insertos na mesma área de exploração e influência dos habitats primitivamente analisados. Só assim se poderá testar a hipótese, não só de um provável sistema de povoamento, como de uma eventual **organização hierarquizada**. Convirá, no entanto, ter sempre em conta o âmbito regional em que estes estudos se devem realizar, não só para obviar ao perigo de generalizações abusivas, mas também devido à necessidade de se desenvolver estudos coerentes em áreas geográfica e culturalmente homogêneas, nas quais se possam detectar **padrões de relação das populações com o espaço envolvente**.

A necrópole do Tapado da Caldeira, a apenas alguns metros do povoado da Bouça do Frade, e com ele conectada (provavelmente numa primeira fase da sua ocupação) forneceu-nos também um indício importante através da existência de uma provável sepultura infantil: a possibilidade da **transmissão hereditária de um estatuto social superior**. Não será, aliás, de admirar que este tipo de fenómeno se tenha verificado no contexto de um processo de intensificação económica, em que a detenção da terra se tornaria necessariamente uma base fundamental de sustentação da estabilidade das elites. Aliás, a sua posse e transmissão poderia gerar forte competição no interior dos grupos, se não fossem assegurados mecanismos de *herança* muito rígidos. Gostaríamos, no entanto, de acrescentar que, no quadro de sociedades difusoras e produtoras de artefactos metálicos (lembremo-nos de que no Norte de Portugal se localizam importantes jazidas de estanho, além de algumas minas pontuais

de cobre), as relações de dominação e hierarquia das elites não dependeriam exclusivamente do controlo da produção de bens de subsistência, mas também, de forma substancial, da manipulação das relações de circulação e intercâmbio do metal. Estas comunidades teriam que estar integradas em amplas redes de alianças supra-regionais, cujas características, no entanto, desconhecemos.

De referir, nesta primeira etapa, a presença de cerâmicas de tipo Cogotas I em alguns povoados e numa sepultura. Não tendo quaisquer indícios concretos sobre as causas estruturais que terão justificado a expansão de tal cerâmica para ocidente, até ao litoral atlântico, perguntamo-nos se não será lícito integrar tal presença no âmbito mais lato de uma busca de metal (estanho?) por parte das populações da Meseta Norte. Embora saibamos que algumas minas de cobre meseténhas se encontravam em uso desde o Calcolítico (Delibes e Fernández Manzano demonstraram já a autonomia metalúrgica da Meseta Norte desde tempos muito antigos)³⁵, e que minas de estanho estariam também a funcionar desde os inícios do Bronze Final³⁶, julgamos não errar se afirmarmos que o dinamismo das oficinas locais só se impôs totalmente a partir dos começos do séc. X a.C.³⁷. Ora, é precisamente durante a fase anterior a este marco cronológico que parece ocorrer a maior parte da cerâmica clássica de tipo Cogotas I no Norte de Portugal³⁸, não contrariando, portanto, tal hipótese de trabalho. Nesta linha de pensamento, a cerâmica de Cogotas I poderia difundir-se nesta região, inserindo-se, num primeiro momento, num *movimento* de procura de matérias-primas e objectos de prestígio de âmbito atlântico, e disseminando-se, em seguida, como um bem de relativo valor social entre as populações locais. Contudo, tal processo, a ter-se dado, não parece ter deixado marcas de grande competição entre as comunidades desta região. Aliás, atendendo aos poucos dados disponíveis para esta fase (existência de alguns povoados aparentemente sem defesas, vocacionados para um sistema agro-pastoril intensivo, e ainda uma provável circulação limitada de artefactos metálicos), somos levados a imaginar uma primeira etapa do Bronze Final onde não são visíveis, pelo menos no registo arqueológico, importantes indícios de competição social.

Durante o segundo período referido (o qual poderá futuramente ser subdividido) verificam-se transformações a diferentes níveis. Em primeiro lugar, é notória a maior quantidade e progressiva diversidade de artefactos metálicos que circulam na região: machados de talão e alvado, pontas de lança de alvado, punhais, uma eventual espada e ainda utensílios de uso quotidiano ou de prestígio, como foices, facas, cinzéis, fíbulas, capacetes, caldeirões, ganchos para carne e espetos articulados. A ourivesaria está representada por braceletes e espirais. Muito destes artefactos

³⁵ Delibes de Castro, G. e Fernández-Miranda, M. (1981), *La tumba de Celada...*, pp. 153-188; Delibes de Castro, G. e Fernández Manzano, J. (1983), *Calcolítico y Bronce...*, pp. 19-81.

³⁶ Fernández Manzano, J. (1986), *Bronze Final...*

³⁷ V. nota 36.

³⁸ Tendo sobretudo em conta a cronologia relativa observada no povoado da Bouça do Frade (v. nota 29) e os padrões morfológicos e decorativos dos vasos de tipo Cogotas I encontrados no Norte de Portugal.

poderão ser de origem local, fabricados segundo modelos normalmente alógenos, de procedência sobretudo atlântica. Não conhecemos depósitos *fechados*, mas muitos destes objectos dispersos poderiam pertencer a tais contextos. Só alguns raros objectos ocorrem em habitats. Uma das linhas de investigação para este período, como, aliás, para todo o Bronze Médio-Final, será a questão da raridade de artefactos metálicos em contextos habitacionais, e, por outro lado, a problemática dos **diversos sentidos** que, em cada local, podem assumir os *depósitos*, sejam eles de carácter *utilitário* ou *votivo*. Dado que os mesmos objectos terão adquirido diferente valor funcional e simbólico consoante as comunidades que os conceberam ou receberam, **será necessário definir critérios de identificação do seu significado**, quer enquanto simples *mercadoria* transaccionada e temporariamente armazenada num sítio, quer enquanto objectos de prestígio para consumo das suas elites³⁹.

Na sequência da progressiva implementação de oficinas locais, estas poderão ter-se diversificado e aumentado a sua produção (sobretudo durante o séc. VIII a.C.), intensificando as suas relações quer com os tradicionais centros atlânticos, quer com novas oficinas localizadas no Mediterrâneo (por ex., na Sardenha)⁴⁰. A necessidade de colocar produtos em novas áreas receptoras do *mercado* atlântico deverá ter provocado, como nos acentuam diversos autores, uma forte competição, a nível supra-regional, entre diferentes centros produtores peninsulares. Neste sentido, seria extremamente útil pesquisar o papel que as diferentes regiões, integradas neste amplo sistema de intercâmbios, desempenharam durante esta fase de maior actividade metalúrgica. Na verdade, se algumas áreas se distinguiram por ser fundamentalmente produtoras de matérias-primas (como o NW, a Beira Alta e o SW) e outras apenas *intermediárias* (como a Estremadura portuguesa), terá sido inevitável, a prazo, o aparecimento de importantes **desigualdades** no controlo da circulação de produtos, e de consequentes assimetrias de poder entre as diferentes *unidades socio-políticas* concorrentes. Aliás, este cenário possível, à escala peninsular, deve ter tido as suas repercussões ao nível das várias regiões que a integram.

Será neste contexto, de alguma instabilidade social generalizada, que nos parece dever inserir-se a **emergência, desde os inícios do I^o milénio a.C., no Norte de Portugal, de povoados alcantilados com defesas naturais ou artificiais**, independentemente da sobrevivência de outro tipo de habitats. Por outro lado, o polimorfismo habitacional intuído para uma região bem delimitada (a bacia do Ovil em Baião), expresso na provável coexistência parcial de povoados *abertos* com fossas e povoados com defesas naturais⁴¹, adverte-nos, mais uma vez, para a hipótese não só de sistemas hierarquizados de povoamento, como, eventualmente, da existência de **habitats centrais** que poderiam não só assenhorear-se da produção e circulação metálica, a nível local, como da redistribuição de produtos de consumo básico.

³⁹ Bradley, R. (1985), Exchange and social distance..., pp. 692-704.

⁴⁰ Ruiz-Gálvez Priego, M. (1986), Navegacion y comercio..., pp. 9-42, *idem* (1987), Bronce Atlantico..., pp. 251-264.

⁴¹ V. nota 29.

O que gostaríamos de acentuar, neste breve apontamento, é que o aparecimento de povoados com defesas, eventualmente fortificados, nos inícios do I^o milénio a.C., não precisa de ser justificado por eventuais fenómenos migratórios, exteriores à própria dinâmica das populações locais, embora essa dinâmica decorra de um processo mais amplo de transformação social no âmbito de intercâmbios atlânticos. Aliás, se se quisesse insinuar que tal emergência decorria de qualquer influência exógena, haveria uma certa dificuldade em prová-lo com base nos testemunhos arqueológicos conhecidos. O fenómeno dos C.U. só penetra na Meseta Norte nos finais do séc. VIII a.C.⁴² e hipotéticas influências, mesmo indirectas, deste *movimento* cultural no Noroeste só poderiam observar-se a partir de um marco cronológico posterior ao sec. VII a.C., o que equivale aos inícios da Idade do Ferro. Mas, como Ruiz-Gálvez Priego recentemente salientou⁴³, mesmo neste período é dificilmente detectável que os C.U. tenham tido uma expressão significativa ou tenham determinado, de algum modo, a trajectória das comunidades proto-históricas nesta região.

Finalmente, desejaríamos lembrar alguns factos que apressaram o declínio do sistema de relações atlânticas do Bronze Final no Norte de Portugal. Como se tem sistematicamente referido, desde os finais do séc. VIII/inícios do séc. VII a.C. que os fenícios terão passado a controlar o estreito de Gibraltar, dificultando, desta forma, o acesso das populações peninsulares setentrionais ao cobre do Sudoeste. Este fenómeno terá afectado naturalmente os contactos atlânticos como um todo, subsidiários que eram, em grande parte, dos centros produtores peninsulares do cobre do SW e do estanho do NW. Não só terá ajudado a decompor um longo processo de relações culturais entre a Península e o Centro-Oeste francês, a Bretanha e as Ilhas Britânicas, como terá determinado, a médio prazo, uma reorientação das estratégias económicas e sociais das comunidades peninsulares afectadas pela impossibilidade de assegurarem a livre circulação de produtos no tradicional corredor entre a Galiza e a Andaluzia. No Noroeste talvez tenha perdurado, mercê da persistência de centros produtores de estanho, *uma metalurgia residual do bronze*⁴⁴, mas nada sabemos quanto às estruturas sociais que terão permitido a sua reprodução, face ao desmoronamento progressivo do anterior sistema de relações supra-regionais.

Como se expressou essa reorientação cultural? Que formas assumiu ela no registo arqueológico? Alguns elementos de inspiração orientalizante, datados provavelmente do séc. VII a.C.⁴⁵, provam-nos que, nesta fase, o eixo das relações intercomunitárias já não segue um só rumo, e provavelmente a natureza dessas mesmas relações mudou. Aliás, crê-se que, a partir dos finais do séc. VII a.C., o próprio estanho

⁴² Ruiz Zapatero, G. (1985), *Los Campos de Urnas...*; Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, pp. 379-380.

⁴³ Ruiz-Gálvez Priego, M. (1987), *Bronze Atlantico...*, pp. 260-261.

⁴⁴ Almagro-Gorbea, M. (1986), *Bronze Final...*, p. 357.

⁴⁵ Para além da presença do famoso tesouro de Baião, desejaríamos aqui mencionar, a título de exemplo, a existência de um conjunto de grafitos decorando a pança de um vaso proveniente da estação com fossas de Pedroso (Calorico de Basto), cuja morfologia parece apontar, seg. Almagro-Gorbea (a quem

do NW será objecto do controlo dos fenícios (ou dos seus intermediários), dando azo a um golpe definitivo no sistema económico e social que tinha caracterizado os séculos anteriores.

Compete naturalmente aos estudiosos dos inícios da Idade do Ferro tentar aprofundar a natureza das mudanças referidas. Recentemente, numa obra sobre a Proto-história e a Romanização do vale do Cávado, Manuela Martins⁴⁶ mencionou a dificuldade em caracterizar o padrão de povoamento das populações que estabelecem a transição do Bronze Final para a Idade do Ferro na região considerada. No entanto, acentua que tais populações, devendo ocupar povoados fortificados (alguns deles habitados desde o Bronze Final), passam a manusear uma cultura material acentuadamente diversa (por ex., a cerâmica doméstica acusa grandes particularismos), existindo, segundo a autora, indícios de uma paulatina retracção em termos de contactos a distância. Não querendo discutir tal tipo de observações, para as quais não possuímos conhecimentos directos, gostaríamos, no entanto, de abordar rapidamente um assunto que se prende com a caracterização desta fase e que é a hipotética origem dos povoados *castrejos* nos habitats fortificados do Bronze Final, ou, por extensão, a origem da chamada *cultura castreja* na última etapa da Idade do Bronze⁴⁷.

Sem querermos provar a todo o custo qualquer espécie de tese (aliás, difícil de fundamentar no actual estado das pesquisas), façamos algumas observações com base nos testemunhos arqueológicos disponíveis. Muitos povoados do Bronze Final (alguns deles com defesas naturais e/ou artificiais) não foram ocupados em épocas imediatamente posteriores (estão neste caso, por ex., todos os povoados conhecidos até ao momento na bacia do Ovil, em Baião). Alguns povoados fortificados do Bronze Final foram reocupados em fases ulteriores (imediatamente posteriores?), mas em diferentes áreas dos morros ou esporões, não se verificando sobreposição de ocupação: as novas utilizações dos sítios acusam uma reorientação da estratégia de implementação dos habitats ao nível de cada estação (por ex., S. Julião e Barbudo). Alguns povoados parecem ter sido, de facto, ocupados sem descontinuidade (por ex., Coto da Pena?), mas pode ter havido transformações arquitectónicas nas estruturas habitacionais e defensivas que indiquem uma mudança de fundo ainda não suficientemente caracterizada. Nos casos cujas escavações foram exaustivamente publicadas (S. Julião e Barbudo) a cultura material relativa à fase charneira dos séculos VII-VI a.C. assinala apreciáveis mudanças relativamente à do Bronze Final. Se nem sempre a variabilidade da cultura material exprime transformações culturais profundas⁴⁸, atesta, pelo menos, alterações funcionais que interessará futuramente caracterizar no quadro do estudo global destas populações.

agradecemos tal interpretação provisória), para a imitação local de sinais pertencentes a uma escrita de âmbito «orientalizante».

⁴⁶ V. nota 34.

⁴⁷ Almeida, C. A. Ferreira de (1974), *Cerâmica castreja...*, pp. 171-197; Silva, A.C. Ferreira da (1986), *A cultura Castreja...*; Martins, M.M. dos Reis (1987), *O Povoamento...*

⁴⁸ Hodder, I. (1982), *The Present Past...*; *idem* (1982), *Symbols in Action...*

Contudo, mais do que estas observações baseadas em análises arqueológicas ainda parcelares, interessará ter em conta um aspecto que nos parece fundamental: a **emergência dos povoados fortificados do Bronze Final parece radicar num sistema socio-económico que deixou de funcionar, pelo menos parcialmente, a partir dos finais do séc. VII a.C.** Esse sistema estimulava a competição entre grupos locais e *unidades socio-políticas* regionais, potenciada por uma complexa rede de intercâmbios a distância de âmbito atlântico.

Nestas circunstâncias, procurar ver apenas na recorrência de sistemas defensivos existentes em alguns povoados ocupados desde o Bronze Final, uma prova de continuidade cultural, significa desvalorizar o contexto social particular que terá permitido, em cada caso, a sua construção. Em vez de se insistir num argumento tão frágil, talvez fosse mais útil aos que defendem a origem da chamada *cultura castreja* no Bronze Final (através de asserções arqueográficas de precário alcance) procurar compreender o complexo de causas que, em cada região, terá estimulado a fortificação específica dos povoados da Idade do Ferro.

Uma tal abordagem, que implica obviamente realizar estudos regionais⁴⁹, não será apenas importante para a caracterização das primeiras populações proto-históricas. Dela poderá resultar uma interessante informação sobre o que do Bronze Final sobreviveu em épocas posteriores, e permitirá talvez estabelecer o **eventual elo de ligação** que une as duas épocas convencionalmente distinguidas pelos arqueólogos.

— Para terminar este conjunto de reflexões sobre o Bronze Final do Norte de Portugal, gostaríamos de chamar a atenção para a presença - ainda não devidamente valorizada - de uma *família de estátuas-menires* (heterogénea nos seus atributos e provavelmente na sua cronologia) cujos exemplares provêm de Chaves, Faiões (Chaves), local desconhecido do Norte de Portugal (mas conservado no Porto) e Ermida (Ponte da Barca). Como já tivemos oportunidade de escrever, apresentam estas *estátuas-menires* um *carácter antropomórfico dado através de um contorno sinuoso que acentua o volume da cabeça, dos braços e/ou da cintura*⁵⁰ Deixando provisoriamente de lado a estátua da Ermida, cuja identificação cronológica é mais difícil de precisar, as restantes peças apresentam estreitas afinidades morfológicas: as três incluem **armas embainhadas** integrando no reverso *um atributo similar, espécie de adorno de vestuário, alongado, de forma rectangular, com ligeiro alargamento terminal nos exemplares de Faiões e Chaves*⁵¹. Tal atributo também ocorre numa possível *estátua-menir(?)* recentemente descoberta no lugar da Bouça (Mirandela)⁵², de características fálicas, que, no entanto, não insere qualquer tipo de arma e cuja cronologia é difícil de

⁴⁹ De referir, para além da abordagem modelar realizada por Manuela Martins na bacia do curso médio do Cávado, a execução de projectos semelhantes em curso, em outras áreas do Entre-Douro-e-Minho, da autoria de diversos investigadores do Instituto de Arqueologia da F.L.U.P.

⁵⁰ V. nota 2, vol. I - B, p. 954.

⁵¹ V. nota 50.

⁵² Sanches, M. de Jesus e Jorge, Vítor O. (1987), A «estátua-menir»..., pp. 78-82.

determinar. A estátua do *Porto* apresenta ainda um capacete, podendo tal elemento indicar-nos uma cronologia global mais tardia do que a atribuída às de Chaves e Faiões. De qualquer forma, independentemente da forma de elaboração da cabeça e da concepção geral das estátuas de Faiões e do *Porto* (e também da Ermida) nos sugerir semelhanças formais com as estátuas corsas dos meados do II^o milénio a.C., pensamos dever valorizar em três delas os atributos de personagens masculinas armadas e, ainda, relativamente à totalidade das peças conhecidas, a concepção escultória de uma proto-estatuária, que poderá preconizar, no Norte de Portugal, a conhecida produção *castreja*.

A questão que desejaríamos colocar é a da eventual articulação de algumas destas estátuas-menires (pelo menos as armadas) com a emergência, durante a Idade do Bronze, e particularmente o Bronze Final, de comunidades lideradas por elites fortemente competitivas, que controlariam a produção e circulação de artigos a distância. Sem falar do exemplar do *Porto*, cuja proveniência exacta desconhecemos, as peças de Chaves foram encontradas numa região situada nas proximidades de um importante núcleo de estanho. Assim, a exemplo do que sucede no Sudoeste, onde são conhecidas as famosas estelas gravadas, expressão de uma sociedade altamente hierarquizada, no Norte de Portugal um processo social similar poderia ter tido a sua correspondência na edificação destes símbolos de poder personalizado, alusivos talvez a chefes locais, divinizados ou não.

5. Durante toda a Pré-história recente, o Norte do país foi objecto de um movimento pendular de *influências atlânticas e mediterrânicas* (além de alguns *influxos* pontuais provenientes da Meseta Norte) que se manifestaram, sobretudo, ao nível da cultura material: *influências mediterrânicas* foram mais incisivas durante o III^o milénio a.C. (embora as possamos também encontrar durante o Bronze Final); *influências atlânticas*, apesar de continuamente presentes, deixaram a sua marca mais visível durante o Bronze Inicial e Final.

Contudo, não é possível deixar de colocar uma questão que se nos afigura premente: essas *influências*, ou, para sermos mais precisos, as *semelhanças estilísticas dos artefactos*, observadas em diversos momentos deste amplo período, apontam certamente para formas de interacção social cuja natureza variou com o tempo, as regiões e os contextos culturais.

Se durante o Bronze Final as semelhanças de artefactos metálicos e de algumas cerâmicas de luxo, provenientes de diversas regiões da fachada atlântica, podem ser globalmente explicadas por *transacções* supra-regionais em grande escala, já as formas de contacto produzidas em épocas anteriores (Calcolítico e Bronze Inicial) são muito mais difíceis de caracterizar, dada a profunda sobreposição e interligação das estruturas económicas e sociais de comunidades ainda pouco hierarquizadas. Neste sentido, será muito mais difícil aceder ao complexo de causas que estará na origem da ocorrência de certos padrões estilísticos de origem meridional na *cerâmica doméstica* dos povoados do III^o milénio a.C., do que explicar a semelhança tipológica da *cerâmica de luxo* de povoados do Bronze Final existentes na fachada atlântica peninsular.

Creemos que existe um problema subjacente a qualquer tentativa de caracterizar o fenómeno das chamadas *influências culturais* em Pré-História: a **necessidade de definir a natureza da relação entre os produtos materiais da acção humana e a respectiva organização social**, ou seja, a conexão entre a variabilidade estilística dos artefactos e o sistema cultural, ou entre a semelhança dos materiais e a eventual interacção social⁵³.

A partir destas questões de base, que têm servido de reflexão a muitos investigadores americanos e ingleses, cremos poder enunciar alguns aspectos que ajudem a orientar a investigação da Pré-história recente na nossa região.

Em primeiro lugar, talvez não seja demasiado insistir num tópico que já várias vezes referimos: cada contexto social, em qualquer época, apresenta a sua lógica de funcionamento. Neste sentido, **não há regras gerais precisas que comandem a variabilidade estilística dos artefactos**. Diferentes comunidades, culturalmente distintas, podem manipular artefactos semelhantes, enquanto o mesmo grupo cultural pode difundir um conjunto de objectos diversificados consoante as regiões nas quais se manifesta.

Em segundo lugar, será talvez útil não confundir elementos pertencentes à **utilização do quotidiano** – que veicula normalmente a identidade visível dos grupos – com **elementos raros** da sua cultura material. Esta separação é fundamental quando se trata de comparar tipos de artefactos de diferentes regiões. Assim, as semelhanças observadas durante o Calcolítico entre cerâmicas do Norte de Portugal e do Sul da Península, inscrevem-se no domínio dos artefactos comuns, enquanto que as semelhanças identificadas durante o Bronze Final entre objectos metálicos e cerâmicas brunidas de várias regiões da fachada atlântica dizem respeito ao âmbito do excepcional. Os mecanismos de interacção responsáveis por tais semelhanças são necessariamente diversos, independentemente da época e dos sistemas culturais em que se verificaram.

Em terceiro lugar, e atendendo a alguns exemplos conhecidos⁵⁴, **poder-se-á interpretar a variabilidade estilística de artefactos do quotidiano**, em certas circunstâncias bem precisas (por exemplo, sob pressão económica e competição intercomunitária) como uma resposta das populações à **instabilidade social** existente. Nestes casos, os artefactos, particularmente a cerâmica doméstica, podem ser utilizados como elementos integradores da coesão social. Mas, em situações idênticas, outro tipo de artefactos padronizados, pertencentes à categoria de **objectos de excepção ou prestígio**, talvez tenham circulado entre comunidades culturalmente distintas, desempenhando o papel fundamental de **diluir um estado de conflito latente e manterem o equilíbrio intra e intercomunitário**. Assim, a circulação de certos artefactos bem tipificados da Pré-história recente (por ex., cerâmica

⁵³ Schiffer, M. (1976) *Behavioural Archaeology...*; Wobst, H.M. (1977), *Stylistic behaviour...*, pp. 317-342; Hodder, I. (1979), *Economic and social stress...*, pp. 446-454; *idem* (1982), *Theoretical archaeology...*, pp. 1-16; *idem* (1982), *Symbols in Action...*; Plog, S. (1978), *Social Interaction...*, pp. 144-182; *idem* (1980), *Stylistic Variation...*

⁵⁴ Hodder, I. (1982), *Symbols in Action...*, pp. 37-86.

campaniforme ou de *tipo Baiões*, punhais de lingueta, pontas de tipo Palmela, machados de cobre ou bronze, etc.) poderia ter aumentado na mesma proporção do nível de competição entre as populações, pelo menos, em certos casos. Neste sentido, a delimitação geográfica dos *territórios de semelhança estilística* de certos objectos não deverá corresponder linearmente a áreas culturalmente homogêneas, mas tão só a regiões por onde circulam certos *items* sócio-técnicos.

Nestas circunstâncias, mencionar a existência de *influências* atlânticas, mediterrânicas ou outras, no Norte de Portugal, durante a Pré-história recente, só ganhará pleno sentido quando, para além da constatação de semelhanças tipológicas entre testemunhos materiais, for possível determinar a especificidade das estruturas sociais que permitiram a sua ocorrência.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1972), La espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares, *T.P.*, 29, pp. 55-82.
- Idem* (1976), La espada de Entrambasaguas. Aportación a la secuencia de las espadas del Bronce en el Norte de la Península Iberica, *XI Aniversario del Centro de Estudios Montañeses*, Institucion Cultural de Cantabria, pp. 455-475.
- Idem* (1977), *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid, C.S.I.C., «Bibliotheca Praehistorica Hispana».
- Idem* (1986), Bronce Final y Edad del Hierro. La formación de las etnias y culturas prerromanas, *Historia de España*, 1, *Prehistoria*, Madrid, Ed. Gredos, pp. 350-532.
- ALMEIDA, C.A. FERREIRA DE (1974), Cerâmica castreja, *Rev. de Guimarães*, LXXIV, pp. 171-197.
- ARNOLD, D.E. (1985), *Ceramic Theory and Cultural Process*, Cambridge University Press, «New Studies in Archaeology».
- BARKER, G. (1985), *Prehistoric Farming in Europe*, Cambridge University Press. «New Studies in Archaeology».
- BINFORD, L.R. (1982), Meaning, inference and the material record, *Ranking, Resource and Exchange* (eds. C. Renfrew e S. Shennan), Cambridge University Press, pp. 160-163.
- Idem* (1984), *In Pursuit of the Past. Decoding the archaeological record*, London, Thames and Hudson.
- BLANCE, B. (1971), *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Gebr. Mann Verlag, Römisch-Germanisches Zentralmuseum.
- BRADLEY, R. (1978), *The Prehistoric Settlement of Britain*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Idem* (1984), *The Social Foundations of Prehistoric Britain*, London, Longman.
- Idem* (1985), Exchange and social distance – the structure of bronze artefact distributions, *Man*, nº 20, pp. 691-704.
- Idem* (1985), The archaeology of deliberate deposits, *Consumption, Change and the Archaeological Record*, Univ. Edinburgh, Occasional Paper nº 13, pp. 21-43.
- BRIARD, J. (1965), *Les Dépôts Bretons et l'Âge du Bronze Atlantique*, Rennes, Université de Rennes.
- Idem* (1976), *L'Âge du Bronze en Europe Barbare — des mégalithes aux Celtes*, Toulouse, Ed.

- des Hespérides.
- Idem* (1984), *Les Tumulus d'Armorique*, Paris, Picard, «L'Âge du Bronze en France», 3.
- BURGESS, C. e SHENNAN, S. (1976), The Beaker phenomenon: some suggestions, *Settlement and Economy in the Third and Second Millennia B.C.* (eds. C. Burgess e R. Miket), Oxford. B.A.R., 33, pp. 309-326.
- CALO LOURIDO, F. e SIERRA RODRÍGUEZ, X.C. (1983), As orixenes do Castrexo no Bronce Final, *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Univ. de Santiago de Compostela, pp. 19-86.
- CARNEIRO, R.L. (1970), A theory of the origin of the state, *Science*, 169, pp. 733-738.
- CHAMPION, T. et alli (1984), *Prehistoric Europe*, London, Academic Press.
- CHAPMAN, R.W. (1985), The later prehistory of Western Mediterranean Europe; recent advances, *Advances in World Archaeology*, 4, London, Academic Press, pp. 115-187.
- Idem* (1987), «Once upon a time in the West»: some observations on Beaker studies, *Bell Beakers of the Western Mediterranean* (eds. W.H. Waldren e R.C. Kennard), B.A.R., «International Series», 331, pp. 61-79.
- CLARKE, D.L. (1976), The Beaker network – social and economic models, *Glockenbecher Symposium Oberried, 1974*, (eds. J.N. Lanting e J.D. van der Waals), pp. 460-475.
- COFFYN, A. (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Bocard, Publ. du Centre P. Paris, 11, Coll. Maison Pays Ibér., 20.
- Idem et alii* (1981), *L'Apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat*, Paris, Picard, «L'Âge du Bronze en France», 1.
- COLES, J.M. (1981), Metallurgy and Bronze Age Society, *Studien zur Bronzezeit. Festschrift für W.A. von Brunn* (ed. H. Lorenz), Mainz, pp. 95-105.
- Idem* (1982), The Bronze Age in Northwestern Europe: problems and advances, *Advances in World Archaeology*, 1 (eds. F. Wendorf e A.E. Close), London, Academic Press, pp. 266-322.
- Idem* e HARDING, A.F. (1979), *The Bronze Age in Europe. An introduction to the Prehistory of Europe c. 2.000–700 B.C.*, London, Methuen & Coltd.
- CRIADO BOADO, F. e VÁSQUEZ VARELA, J.M. (1982), *La Cerámica Campaniforme en Galicia*, Coruña, «Cuad. Sem. Sargadelos», 42.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1977), *El Vaso Campaniforme en la Meseta Norte Española*, Univ. de Valladolid.
- Idem* (1980), Un presunto deposito del Bronce Final del Valle de Vidriales (Zamora), *T.P.*, 37, pp. 221-246.
- Idem* (1985), El Calcolítico. La aparición de la metalurgia, *Historia de Castilla y León, La Prehistoria del Valle del Duero*, 1, Valladolid, Ed. Ambito, pp. 36-52.
- Idem* e FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1981), La tumba de Celada de Roblecado, Palencia) y los inicios del Bronce Antiguo en el valle medio y alto del Pisuerga, *T.P.*, 38, pp. 153-188.
- Idem* e MUNICIO, L. (1981), Apuntes para el estudio de la secuencia campaniforme en el oriente de la Meseta Norte, *Numancia*, pp. 65-82.
- Idem et alii*, (1982), Espadas del Bronce Antiguo y Medio halladas en la provincia de León, *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, pp. 153-164.
- Idem* e FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1983), Calcolítico y Bronce en Tierras de León, *Lancia*, 1, pp. 19-81.
- EARLE, T.K. e ERICSON, J.E. (1977), *Exchange Systems in Prehistory*, New York, Academic Press.
- ELUÈRE, C. (1982), *Les Ors Préhistoriques*, Paris, Picard, «L'Âge du Bronze en France», 2.

- FÁBREGAS VALCARCE, R. e FUENTE ANDRÉS, F. de la (1988), *Aproximaciones a la Cultura Material del Megalitismo Gallego: La Industria Lítica Pulimentada y el Material Cerámico*, Univ. Santiago de Compostela, «Arqueohistorica», 2.
- FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1985), La Edad del Bronce. La consolidación de la metalurgia y sus implicaciones socioeconómicas, *Historia de Castilla y León, La Prehistoria del Valle del Duero*, 1, Valladolid, Ed. Ambito, pp. 54-81.
- Idem* (1986), *Bronce Final en la Meseta Norte Española: el Utilage Metálico*, Soria, Junta de Castilla y León, Consejería de Educacion y Cultura.
- FERNÁNDEZ-POSSE y de Arnaiz, M.D. (1980), *El Final de la Edad del Bronce en la Meseta Norte: la Cultura de Cogotas I*, Univ. de Granada.
- Idem* (1986), La Cultura de Cogotas I, *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, Dirección General de Bellas Artes, pp. 476-487.
- GIBSON, A.M. (1982), *Beaker Domestic Sites. A Study of the Domestic Pottery of the Late Third and Early Second Millenia B.C. in the British Isles*, Oxford, B.A.R., «British Series», 107 (1).
- GILMAN, A. (1981), The development of social stratification in Bronze Age Europe, *Current Anthropology*, 22, pp. 1-8.
- GUILAINE, J. (1984), La civilisation des gobelets campaniformes dans la France Méridionale, *L'Âge du Cuivre Européen, Civilisations à Vases Campaniformes*, Paris, C.N.R.S., pp. 175-186.
- HARBISON, P. (1967), Mediterranean and atlantic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia, *M.M.*, 8, pp. 100-122.
- HARDING, A. (1976), Bronze agricultural implements in Bronze Age Europe, *Problems in Economic and Social Archaeology* (eds. G. de G. Sieveking, I.H. Longworth e K.E. Wison), London, Duckworth, pp. 513-522.
- HARRISON, R.J. (1974), Ireland and Spain in the Early Bronze Age – fresh evidence for Irish and British contacts with the proto-atlantic Bronze Age in Spain in the second millenium B.C., *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 104, pp. 52-73.
- Idem* (1974), A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two bell beakers, *M.M.*, 15, pp. 77-94.
- Idem* (1980), *The Beaker Folk – Copper Age Archaeology in Western Europe*, London, Thames and Hudson.
- Idem* (1984), Nuevas bases para el estudio de la paleoeconomía de la Edad del Bronce en el Norte de España, *Scripta Praehistorica (Francisco Jordá-Oblata)*, Salamanca, pp. 287-316.
- Idem* e MORENO LÓPEZ, G. (1985), El policultivo ganadero o la revolución de los productos secundarios, *T.P.*, 42, pp. 51-82.
- HERNÁNDO GONZALO, A. (1983), La orfebrería durante el Calcolítico y el Bronce Antiguo en la Península Ibérica, *T.P.*, 40, pp. 85-138.
- HODDER, I. (1979), Economic and social stress and material culture patterning, *American Antiquity*, 44, pp. 446-454.
- Idem* (1982), *The Present Past. An introduction to Anthropology for Archaeologists*, London, B.T. Batsford Ltd.
- Idem* (1982), Theoretical archaeology: a reactionary view, *Symbolic and Structural Archaeology* (ed. I. Hodder), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 1-16.
- Idem* (1982), *Symbols in Action. Ethnoarchaeological Studies of Material Cultures*, Cambridge University Press, «New Studies in Archaeology».

- Idem* (1986), *Reading the Past, Current Approaches to Interpretation in Archaeology*, Cambridge University Press.
- JORGE, SUSANA O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da F.L.U.P. (3 vols.).
- Idem* (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, *Monografias Arqueológicas*, 2.
- JORGE, VÍTOR O. (1985), Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal, *Groupe Vendéen d'Études Préhistoriques*, nº14.
- Idem* (1985), «Cultura» (ficha extra-texto), *Arqueologia*, 12.
- Idem* (1987), Em torno das implicações do conceito de cultura em Arqueologia, *Projectar o Passado. Ensaios sobre Arqueologia e Pré-história*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 69-73.
- KALB, Ph. (1980), Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, pp. 25-59.
- Idem* (1980), O «Bronze Atlântico» em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães, Soc. Martins Sarmiento, pp. 113-120.
- KUNST, M. (1987), Bell beaker sherds in Zambujal, *Bell Beakers of the Western Mediterranean* (eds. W.H. Waldren e R.C. Kennard), Oxford, B.A.R., «International Series», 331, pp. 591-601.
- LEVY, J.E. (1982), *Social and Religious Organisation in Bronze Age Denmark. An analysis of ritual hoard finds*, Oxford, B.A.R., «International Series», 124.
- LÓPEZ PLAZA, E.M.S. (1978), *Comienzos del Eneolítico Protourbano en el SO de la Meseta Norte*, Salamanca, Univ. de Salamanca.
- Idem* e SANTOS, J. (1984/85), Alabarda y puñales de lengüeta y remaches procedentes del SO de la Cuenca del Duero, *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII, pp. 255-264.
- MARTINS, MARIA MANUELA DOS REIS (1987), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, Univ. do Minho (diss. de doutor., policop., 4 vols.).
- MONTEAGUDO, L. (1977), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München, «Prahistorische Bronzefunde», IX, Band 6.
- MUCKELROY, K. (1981), Middle Bronze Age trade between Britain and Europe: a maritime perspective, *Proceedings of Prehistoric Society*, 47, pp. 275-297.
- PEEBLES, C.S. e KUS, S. (1977), Some archaeological correlates of ranked societies, *American Antiquity*, 42, pp. 421-448.
- PLOG, S. (1978), Social interaction and stylistic similarity: a reanalysis, *Advances in Archaeological Method and Theory*, 1 (ed. M.B. Schiffer), New York, Academic Press, pp. 144-182.
- Idem* (1980), *Stylistic Variation in Prehistoric Ceramics. Design Analysis in the American Southwest*, Cambridge University Press, «New Studies in Archaeology».
- RENFREW, C. (1969), Trade and cultural process in European Prehistory, *Current Anthropology*, 10, nº2, pp. 1-11.
- Idem* (1974), Beyond a subsistence economy: the evolution of social organisation in Prehistoric Europe, *Reconstructing Complex Societies. An Archaeological Colloquium* (ed. C.B. Moore), pp. 69-95.
- Idem* (1975), Trade as action at a distance, *Ancient Civilization and Trade* (eds. J.A. Sabloff e C.C. Lamberg-Karlovsky), Albuquerque, Univ. New Mexico Press, School of American Research, pp. 3-59.
- Idem* (1982), Polity and power: interaction, intensification and exploitation, *As Island Polity: the Archaeology of Exploitation in Melos* (eds. C. Renfrew e J.M. Wagstaff), Cambridge

- University Press, pp. 264-290.
- Idem* (1986), Introduction: peer polity interaction and socio-political change, *Peer Polity Interaction and Social-Political Change* (eds. C. Renfrew e J.F. Cherry), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 1-18.
- ROWLANDS, M.J. (1976), *The Organisation of Middle Bronze Age Metalworking*, Oxford, B.A.R., «British Series», 31.
- Idem* (1980), Kinship, alliance and exchange in the European Bronze Age, *Settlement and Society in the British Latter Bronze Age* (eds. J.C. Barret e R.J. Bradley), Oxford, B.A.R., «British Series», 83, p. 15-55.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1984), *La Península Ibérica y sus Relaciones con el Círculo Cultural Atlántico*, Madrid, Univ. Complutense (políc., 2 vols.).
- Idem* (1984), Reflexiones terminológicas en torno a la Edad del Bronce peninsular, *T.P.*, 41, pp. 323-342.
- Idem* (1986), Navegación y comércio entre el Atlántico y el Mediterráneo a fines de la Edad del Bronce, *T.P.*, 43, pp. 9-42.
- Idem* (1987), Bronce Atlántico y «cultura» del Bronce Atlántico en la Península Ibérica, *T.P.*, 44, pp. 251-264.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1985), *Los Campos de Urnas del Nordeste de la Península ibérica*, Madrid, Univ. Complutense.
- SANCHES, MARIA DE JESUS (1987), O Buraco da Pala – um abrigo pré-histórico no concelho de Mirandela (Notícia preliminar das escavações de 1987), *Arqueologia*, 16, pp. 58-77.
- Idem* e JORGE, VÍTOR O. (1987), A «estátua-menir» da Bouça (Mirandela), *Arqueologia*, 16, pp. 78-82.
- SCHIFFER, M. (1976), *Behavioural Archaeology*, New York, Academic Press.
- SCHUBART, H. (1975), *Die Kultur der Bronzezeit in Südwestern der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Walter de Gruyter e Co., «Madrider Forschungen», 9.
- SHENNAN, S.J. (1978), Archaeological «cultures»; an empirical investigation, *The Spatial Organisation of Cultures*, (ed. I. Hodder), London, Duckworth, «New Approaches in Archaeology», pp. 113-140.
- Idem* (1982), Ideology, change and the European Early Bronze Age, *Symbolic and Structural Archaeology* (ed. I. Hodder), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 155-161.
- Idem* (1986), Interaction and change in third millennium BC western and central Europe, *Peer Polity Interaction and Socio-political Change* (eds. C. Renfrew e J.F. Cherry), Cambridge University Press, pp. 137-148.
- SHERRATT, A.G. (1981), Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, *Pattern of the Past* (eds. I. Hodder, G. Isaac e N. Hammond), Cambridge University Press, pp. 261-306.
- SIERRA RODRIGUEZ, J.C. e VÁSQUEZ VAAMONDE, A.J. (1984), *El Depósito del Bronce Final de Samieira*, Orense, Boletín Auriense, Anexo 2, Museo Arqueológico Provincial.
- SILVA, ARMANDO COELHO F. DA (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira/Museu Arqueológico de Sanfins.
- SØRENSEN, MARIE LOUISE STIG (1987), Material order and culture classification: the role of bronze objects in the transition from Bronze Age to Iron Age in Scandinavia, *The Archaeology of Contextual Meanings*, (ed. I. Hodder), Cambridge University Press, «New Directions in Archaeology», pp. 90-101.

WOBST, H.M. (1977, Stylistic behaviour and information exchange, *Papers for the Director: Research Essays in Honor of James B. Griffin* (ed. C.E. Cleland), Univ. Michigan, «Anthropological Papers of the Museum of Anthropology», 61, pp. 317-342.

Abreviaturas utilizadas: — *M.M.* - Madrider Mitteilungen
— *T.P.* - Trabajos de Prehistoria

DEBATE

Ramón Fábregas Valcarce — Chamou-me a atenção o tema das influências. Efectivamente penso que se tem empregado esse conceito com excessiva facilidade; pessoalmente também terei alguma vez pecado nesse aspecto. De qualquer modo, acho que talvez se possa usar esse conceito de "influências", desde que se não entenda como sinónimo de uma semelhança cultural entre áreas diferentes em função de coincidências ou de semelhanças estilísticas nos artefactos, ou que não se considere que pelo facto de existirem essas similitudes estilísticas estamos perante grupos num estádio social semelhante. Neste sentido penso que é muito oportuno este comentário da conferência. Ora, eu entendo que de qualquer forma é importante manejar o conceito de "influências", no sentido da existência de comunidades que possuam redes de intercâmbio inter-regionais e pelo menos em alguns casos implicando a presença de elites que precisem de possuir objectos ou matérias-primas que se não podem encontrar na área envolvente do grupo em que se encontram. Nesse sentido, é significativa a existência, em determinados momentos, de influências, e mesmo em momentos relativamente antigos da Pré-história recente do Noroeste, tanto da Galiza como do Norte de Portugal, de influências mediterrânicas ou quiçá atlânticas, que estão representadas pela presença de certos objectos.

Susana Oliveira Jorge — O problema está em como interpretar, no registo arqueológico, os problemas que tu colocas, não é? É que nós, em Pré-história, só lidamos com testemunhos arqueológicos. O problema que, por ex., eu foquei na minha tese, o das chamadas "influências" meridionais no Norte de Portugal, tem um sentido com certeza muito diverso do das "influências" expressas em objectos metálicos da Idade do Bronze, que aparecem também aqui, evidentemente. Ou seja, o problema surge porquê? Em primeiro lugar, porque as sociedades do III^o milénio são sociedades onde as estruturas sociais e económicas estão muito interligadas e onde não é possível separar — no Bronze Final também não, mas então no III^o milénio é que é impossível mesmo — o que é social do que é económico, do que é simbólico: tudo está profundamente interligado. Então, o tipo de contactos, de redes, de alianças que se estabelecem no III^o milénio para dar origem a cerâmicas "oculadas" no Noroeste, por ex., qual é? Não sabemos. Mas, já relativamente ao Bronze final, temos mais dados... enfim, também não sei muito bem como era, mas prefigura-se na minha mente uma rede de contactos que justifica, de uma maneira para mim mais clara, a presença, por exemplo, de cerâmica de tipo Baiões, aqui na Bouça do Frade, ou noutros povoados. Ou seja, o mecanismo que está por detrás da difusão de determinados materiais, no Bronze Final, é mais explícito, nós conhecemo-lo melhor, do que o mecanismo que

subjaz à difusão de contas de colar de variscite ou de padrões estilísticos na decoração das cerâmicas... tudo isso é muito mais difícil de compreender, ou seja, a realidade social que está por detrás... O problema básico é esse: um arqueólogo da Pré-história tem de tentar descodificar os testemunhos arqueológicos a nível social. Não vamos todo o tempo falar só de objectos, vamos tentar compreender. Aliás, é remando um pouco contra a maré que eu venho colocar às vezes certos problemas, ousadamente. Porque por vezes para se colocar problemas tem de se ser ousado, não há suporte documental para se confirmar, ou até por vezes, para se discutir, certos problemas, mas paciência...

Maria de Jesus Sanchez — Em primeiro lugar, devo felicitar a Doutora Susana Jorge pela sua excelente conferência sobre a Idade do Bronze, porque eu, que estou ligada a problemas da Pré-história mais antiga, dificilmente ouço uma conferência deste tipo, porque as pessoas geralmente especializam-se em determinadas áreas mais restritas; felicito-a também pelo tipo de problemas que levantou, pois acho que isso é o mais importante, levantar problemas e tentar equacioná-los em novos moldes. Quando falou na passagem do III^o ao II^o milénio e na emergência de elites baseada na posse e transmissão da terra, eu ponho uma questão: as elites não poderão fundamentar-se na posse ou aquisição de outros bens que não directamente a terra? Eu já discuti isto com a Doutora Susana Jorge, e é mais uma achega para a assistência. Porque noutras regiões europeias, por ex., no Sudoeste da Escócia, nota-se que grandes monumentos megalíticos são erguidos neste período, quando há competitividade pela terra. Mas eles podem surgir não apenas ligados à posse da terra arável, fértil, mas também ligados à posse, por ex., de pedreiras de sílex, de transacção de sílex, ou de outras matérias-primas consideradas importantes no momento. A questão que eu ponho é se não seria importante investigar na Pré-história recente do Noroeste, outras motivações que terão conduzido à emergência do poder neste período, obviamente fundamentando-nos primeiro, não propriamente na posse e transmissão da terra por si, mas naquilo que ela permite: uma auto-suficiência.

S.O.J. — A melhor resposta para essa questão — com a qual estou de acordo — pode ser dada através de um exemplo. No povoado da Pastoria, quando aparece cerâmica campaniforme (que, como sabes, é de um tipo antigo), ela ocorre em simultâneo com o aparecimento, pela primeira vez no povoado, de objectos de cobre arsenical de tipologia calcolítica e de indícios de actividades têxteis (pelo menos aparecem os pesos de tear). Há um autor, como sabes, que é António Gilman, que tem um texto, que deu muita polémica, sobre a origem da Idade do Bronze e da estratificação social na Europa; é um autor da escola marxista, no entanto teve o mérito de despoletar a discussão em torno das causas da emergência dos inícios da Idade do Bronze na Europa. Ele considera que a emergência da diferenciação social radica na terra e na posse da terra e é essa posse em si mesma que constitui o motor que despoleta o processo das sociedades hierarquizadas da Idade do Bronze. Outros autores, que vieram fazer o *reply* a esta conferência, como Shennan, Chapman, etc., etc., dizem que não é possível estabelecer uma causa primeira que faça despoletar um processo social. Ou seja, se a intensificação económica, agrícola, se o investimento na terra é importante para a ascensão de uma

elite que controla não só o investimento nessa terra, mas também a força de trabalho humano para que essa terra seja produtiva a prazo, se isso é uma evidência, depois as elites para se manterem têm que se rodear de um aparato de poder que simbolicamente tenha uma função de "constrangimento" sobre as populações. E esse aparato de poder é muitas vezes baseado em objectos de matérias-primas raras, como a variscite, o cobre, e eventualmente outras matérias-primas que não deixaram rasto no registo arqueológico. Não é possível distinguir a emergência das sociedades hierarquizadas da Idade do Bronze, o processo de acesso à terra, do processo de controlo, de busca de matérias-primas, que constituem precisamente esse aparato de poder. Estou de acordo contigo, evidentemente. Aliás, essas atitudes um pouco "maniqueístas" à Gilman — por mais consideração que eu tenha pelo Gilman — são facilmente desmontadas.

Maria Manuela Martins — Eu gostaria de pôr duas questões à Doutora Susana e dar uma 'acheга' em relação a um problema que ela colocou, sobre a questão da continuidade/descontinuidade da ocupação dos povoados fortificados.

Em termos técnicos e culturais esse período não poderá ser assim definido. Portanto eu aceito, digamos, as duas etapas Bronze Inicial, Bronze Final. Mas, eu coloco esta questão pelo seguinte: é que é sabido que muitos povoados ocupados durante o I^o milénio possuem cerâmicas que vêm, digamos, numa tradição das chamadas cerâmicas metopadas que tu encontras (portanto, no III^o — inícios do II^o milénio). É evidente que não têm sido, tanto quanto sei, detectados níveis de ocupação desses períodos nos povoados, ou seja, em situações relativamente estratégicas nos vales — que é o caso da maioria dos povoados — e digamos que há uma descontinuidade, um abandono desses sítios, muitos dos quais vão depois ser reocupados no Bronze Final. Portanto há um hiato em termos de povoamento desses locais, mas parece haver também um grande hiato em termos genéricos no Noroeste português, porque o período entre, digamos, 1500 e 1000, não tem vestígios de povoados, pelo menos eu não conheço. A outra questão que eu gostaria de colocar... não sei se me sabes responder a esta, talvez ninguém saiba, mas de toda a maneira, talvez possamos entrar em diálogo...

S.O.J. — Eu não percebi muito bem a que cerâmicas metopadas te referes.

M.M.M. — O que eu queria dizer é que existe um número considerável de povoados que...

S.O.J. — Do Bronze Final?

M.M.M. — Não. Que serão de um Calcolítico ou de um Bronze Inicial, ao qual se sucede um abandono desses sítios; portanto, esses sítios foram presumivelmente ocupados ainda durante o Bronze Inicial, mas abandonados e só reocupados muito mais tarde no Bronze Final, a partir do I^o milénio. É o caso de S. Julião, é o caso de Faria, é o caso de muitos outros que tu conheces. Portanto a questão que eu coloco é digamos que se esses locais, que são locais estratégicos, foram abandonados, onde é que tu suporás que poderemos encontrar os povoados do Bronze Médio, visto que é um período de alguns séculos que não está coberto por vestígios de ocupação.

S.O.J. — É uma boa pergunta; mas não sei.

M.M.M. — Ora a outra questão que eu gostava de colocar é a seguinte...

S.O.J. — É evidente que essa questão também se poderia colocar, em parte, para o Bronze Antigo...

M.M.M. — Em relação ao Bronze Antigo, ainda poderemos admitir uma ocupação de alguns cabeços, a avaliar pelas cerâmicas que aí se encontram presentes.

S.O.J. — Eu, para o Bronze Antigo, em termos de povoados, conheço níveis de habitação de tradição calcolítica.

M.M.M. — E onde inserias esses materiais que aparecem em sítios que mais tarde serão "castros"?

S.O.J. — Eu não tenho datas de C 14, nem tenho qualquer cronologia relativa, que me ligue esse chamado Bronze Inicial, ou seja, os inícios do II^o milénio a.C. ao Bronze Final. O único povoado que eu escavei, onde há uma sequência estratigráfica, aliás muito importante, é o Castelo de Aguiar, que, como sabes, tem níveis do III^o milénio a.C., depois tem níveis dos inícios do II^o milénio a.C. e, debaixo de uma muralha romana, há níveis com cerâmicas da Idade do Bronze. Não sei de que época são. Articulada com estes havia uma estrutura sobre a qual existia cerâmica brunida carenada e cerâmica de "tipo Baiões". Quer dizer, eu não consigo, para esse povoado, estabelecer a sequência cronológica entre os níveis dos inícios do II^o milénio e os níveis do Bronze Final, e que eu sei que são do Bronze Final apenas porque me aparecem lá cerâmicas brunidas carenadas e de tipo Baiões. Como sabes, um outro grande problema que aqui não foi focado — não se pode focar tudo — é que a cultura material, por exemplo, as cerâmicas domésticas do Bronze Final são muito variadas. Eu não consigo, mesmo ao nível da bacia do Ovil (para os povoados conhecidos) estabelecer uma tipologia comum. Quer dizer, consigo, se fizer uma tabela de 15 ou 20 formas! As cerâmicas são muito diferentes de povoado para povoado. Claro que há coisas comuns: elas são pouco decoradas, as decorações são sobretudo plásticas, são vasos muitas vezes de fundo plano, mas as formas são muito diversas e há decorações também muito diversas. Portanto, a cerâmica não é um índice cronológico fiável. Só posso estabelecer cronologias através de elementos excepcionais, como cerâmicas brunidas ou objectos metálicos. Como os objectos metálicos me faltam sistematicamente nos povoados, restam-me as cerâmicas de tipo Baiões. Como elas também não aparecem com grande frequência, isto dificulta a interpretação cronológica. Eu não sei qual é a cronologia de Monte Calvo, embora suspeite que seja do Bronze Final; agora, adentro do Bronze Final, eu não sei em que época se integra. Castelo de Matos e Alto da Caldeira têm cerâmicas brunidas, logo aí já os posso colocar dentro do Bronze Final, e particularmente na fase que eu acho que é posterior a 1000. Mas já a Lavra, um povoado que a Maria de Jesus Sanches está a escavar, coloca problemas de integração cronológica. Logo, eu não sei responder à questão inicial. Mas também te digo que não é um problema específico do Norte de Portugal nem do Noroeste. Tu vais ver e toda a fachada

atlântica europeia tem esse problema: não se sabe onde é que estão os povoados do Bronze Médio. Estão agora a começar a ser descobertos. No Bronze Médio há uma desvalorização, em termos arqueológicos...

M.M.M. — Não só dos sepulcros mas também dos povoados...

S.O.J. — É uma valorização dos depósitos: isto, na fachada atlântica europeia; aqui não sabemos.

M.M.M. — Aqui nem dos depósitos.

S.O.J. — Aqui nem isso.

M.M.M. — A outra questão que eu gostaria aqui de colocar, mais para ser discutida, é o problema da dualidade de tipo de povoados ou de modelos de povoados no Bronze Final. Parece que temos de facto uma realidade de povoados abertos, que têm sido investigados aqui no Norte de Portugal mais sistematicamente na Serra da Aboboreira, embora se conheçam outros identificados mas não sistematicamente escavados; portanto, são os chamados povoados que fornecem um número considerável de fossas. E tu chamaste a atenção para um aspecto importante que é o seguinte: falaste na auto-suficiência das comunidades. Eu pergunto-me se estamos perante comunidades só auto-suficientes ou perante comunidades já com excedentes, dada a quantidade considerável dessas estruturas de armazenamento. E então eu perguntaria, talvez arriscando um pouco (e estou a ver neste caso particular a Serra da Aboboreira, onde existe uma série de povoados deste tipo), se estes povoados se estruturariam num conjunto, numa rede mais complexa de produção de excedentes alimentares, articulando-se com outros povoados já fortificados ou que ocupariam posições de destaque, digamos, em termos estratégicos, que poderiam ser (embora não descobertos) os povoados que explorariam não só o acesso às jazidas, como também a produção metalúrgica e os corredores comerciais. É que me parece de facto (aliás essa questão já a debatemos noutras alturas) pouco provável que povoados como os da Serra da Aboboreira, portanto esses povoados com fossas, pudessem ter uma produção metalúrgica, e a acumulação de objectos também não é tão significativa que demonstre uma grande hierarquização social. Portanto, a questão que eu colocava é: não estaremos nesta dualidade de situações de povoamento perante já uma hierarquização alargada, ou relativamente alargada, de povoados que teriam tido necessidade de se fortificar, ou que se teriam fortificado para impor um *status* socio-económico particular e que controlariam mais a produção metalúrgica, e povoados abertos que poderiam vir na continuidade da ocupação de um Bronze Médio, dependentes daqueles?

S.O.J. — Lendo o texto que eu escrevi, não sei se fui muito explícita ou muito feliz na utilização da expressão "auto-suficiência da subsistência básica"... refiro-me não apenas em termos de sítio mas em termos de regiões e, logo, está implícito que eu considero a possibilidade de certos povoados abastecerem, digamos assim, uma região. Há aqui um conceito que eu acho que é fundamental: em qualquer época, mas no Bronze Final em particular, devemos para cada região tentar definir *sistemas de povoamento*.

Uma vez, falando com a Philine Kalb, ela disse-me que em alemão se usa para isso uma palavra específica, que tem um conteúdo próprio. Ou seja, uma determinada região homogênea inclui povoados que são sincrónicos, contemporâneos, e que estão relacionados entre si por diversos laços de natureza económica e social e onde pode haver, evidentemente, hierarquização de habitats. Não só hierarquização como diferenciação funcional dos povoados: por ex., povoados que têm uma vocação agro-pastoril mais acentuada e outros que têm uma função metalúrgica. Quando digo função metalúrgica, é evidente que aceito que esses povoados também teriam de sobreviver através de uma economia agro-pastoril, dependendo eventualmente de outros povoados, que esses, sim, teriam essa função exclusiva. Está explícita no meu texto evidentemente a questão dos excedentes e a possibilidade de uma hierarquização dos povoados.

M.M.M. — Bom, isso é um dado fundamental, porque realmente cada vez mais nós temos que abandonar as ideias feitas com base no estudo de sítios isolados e entre regiões relativamente longínquas e apostar de facto em trabalhos de âmbito regional, sistemáticos e consequentes. Eu queria apenas, até porque não desejo monopolizar o tempo, dar uma achega ao problema que tu colocaste da ocupação de povoados com preocupações defensivas ou fortificados, desde os inícios do I^o milénio, que teriam tido, por força de uma situação que se instala no Mediterrâneo, que proceder a uma reorientação económica e social. Tu pões mesmo a hipótese de que os séculos VII e VI tenham sido séculos críticos no Noroeste e aparentemente essa situação crítica pode ter conduzido ao abandono de alguns povoados evidentes de que tu falaste e a uma descontinuidade em termos de estruturas e de tipologia. Ora, tanto quanto eu pude avaliar nas escavações que fiz isso é exacto. Só que — e eu chamo aqui a atenção para este aspecto particular — é extremamente difícil datar os materiais destes séculos, porque, com excepção de uma franja litoral em que aparecem materiais exógenos, e portanto que oferecem elementos de datação, são escassas ou completamente inexistentes as datações deste período (existem muito mais para o Bronze Final) e portanto são extremamente difíceis de datar as cerâmicas locais. Existe de facto uma modificação no repertório cerâmico, que é extremamente difícil de se saber se se processou no séc. VII, no séc. VI, ou no séc. V. Eu penso que no campo da Arqueologia, digamos, dos castros, continuamos a lidar ainda com cronologias excessivamente grosseiras e portanto com grandes dificuldades em precisar estas *nuances* que tu queres, de certo modo, salientar com este problema e que eu penso que tem toda a acuidade.

Armando Coelho Ferreira da Silva — Era para esclarecer um bocado o debate, na fase em que se encontra. Parece que há particular dificuldade em datar as cerâmicas, quando não há elementos estranhos. Eu, a propósito do trabalho que fiz no Coto da Pena... faço uma pergunta a respeito do texto da Susana, porque não sei o que isto quer dizer, na pág. 29: "reocupados sem descontinuidade".

S.O.J. — Se eu bem entendi (mas se entendi mal fazes o favor de me emendar), na tua tese afirmas que há uma continuidade de ocupação desde o Bronze Final até épocas posteriores durante a Idade do Ferro.

A.C.F.S. — No povoado do Coto da Pena, nesse povoado em concreto, não há nenhuma reocupação. Há uma ocupação contínua. Não há reocupação, não há descontinuidade.

S.O.J. — Pois, é essa a ideia que eu tenho. Mas, pergunto, há uma ocupação contínua em termos de estruturas habitacionais?

A.C.F.S. — Há uma mudança, mas que ocorre pelo séc. V-IV.

S.O.J. — Portanto, até lá não há?

A.C.F.S. — Até lá não há.

S.O.J. — E os objectos que tu associas aos sécs. VII, VI, não variam?

A.C.F.S. — Não variam. Não encontro nenhuma fase definida. Há efectivamente no Séc. V para o VI uma mudança de estruturas, etc....

S.J.D. — Podes datar de uma maneira absolutamente segura os níveis dos sécs. VII-VI?

A.C.F.S. — Os níveis que datei pertencem ao mesmo conjunto em que apareceu a foice de talão, a fíbula tipo Alcores, os concheiros, as sementes, etc.; os objectos todos e a cerâmica bastante indiferenciada e também alguma cerâmica tipo Baiões.

S.O.J. — A cerâmica de "tipo Baiões" poderá ser datada de uma fase tão tardia?

A.C.F.S. — Para mim, pode! Até ao séc. V. Eu não consigo, naquele povoado, ver um corte da passagem da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro. Não consigo.

S.O.J. — Mas, repara, tu tens datas do séc X a.C. para níveis do Bronze Final.

A.C.F.S. — Eu não tenho datas. As datas de C14 apontam, as calibradas, para uma latitude maior, dão séc. XII – séc. VIII.

S.O.J. — Mas não falando em calibração, para falarmos sempre em datas não calibradas, tens datas de 900 e tal, se bem me lembro.

A.C.F.S. — Sim. Sim.

S.O.J. A.C.F.S. — Correspondem essas datações a um nível, segundo eu entendi, relative a este momento...

A.C.F.S. — A esse momento em que não há separação entre Bronze Final e Idade do Ferro.

S.O.J. — Mesmo em termos de cerâmicas comuns?

A.C.F.S. — Mesmo em termos de cerâmicas comuns.

S.O.J. — Que tipo de cerâmicas são?

A.C.F.S. — Eu podia mostrar-tas. São cerâmicas daquele género que apresentei na

minha tese, tipo Baiões, poucas, mas de formas globulares, de perfil em S, algumas com dedadas, com decoração plástica, mas pouca. De resto, são simples e sem qualquer espécie de decoração, na sua generalidade. Eu tenho até neste momento exposta toda a cerâmica de Baiões; são meia dúzia de formas que ali se encontram. Baiões acabou também num determinado momento, que nós não sabemos se foi no séc. VII, se no séc. VI. Depois foi reocupado noutra fase, noutra sítio. Por isso é que eu dizia que os factos podem ser diferentes de caso para caso, de região para região. Pode ser que o tratamento que nós estejamos a dar à bacia do Minho seja diferente dos problemas que surgem na bacia do Cávado ou na região da Aboboreira. Ora eu não encontrei — e esse era o depoimento que queria aqui deixar — qualquer testemunho de descontinuidade (julgo que na tese até escrevi "descontinuidade" para reafirmar melhor a continuidade entre o Bronze Final e a Idade do Ferro). Agora estamos a preparar a publicação do relatório das escavações, ainda não está pronto, e nessa altura se verá melhor. E é necessário. Mas as formas são relativamente reduzidas e o espólio não é muito, nem muito variado.

S.O.J. — Eu insisto nisto: havendo datas de C14, elas datam amostras provenientes de uma estratigrafia complexa ou simples?

A.C.F.S. — É simples.

S.O.J. — Então se é uma estratigrafia simples, e se tens datas do séc. X, como é possível que a ocupação desse nível se mantenha até ao séc. V?

A.C.F.S. — Décimo, mais ou menos 100.

S.O.J. — Sim. Mas apesar de tudo são datas muito antigas, não é? São as mais antigas, juntamente com as de S. Julião. Ora, se a estratigrafia é relativamente simples...

A.C.F.S. — Praticamente clara, para esse período.

S.O.J. — Simples e pouco espessa?

A.C.F.S. — Sim, pouco espessa.

S.O.J. — Portanto, então como é possível interpretar uma perduração até ao séc. V com aquelas datas?...

A.C.F.S. — Eu não sei efectivamente como é aquilo... é pouco espessa, vê-se com muita clareza um nível que só se diferencia relativamente aos outros porque é um concheiro que praticamente cobre toda esta área; a reocupação é atribuída ao séc. V-IV de acordo com as cerâmicas de importação que temos lá.

S.O.J. — O que vem por cima disso é séc. V?

A.C.F.S. — É séc.V. E se não for exagerado, V-IV.

S.O.J. — Mas, posso fazer uma pergunta? Sou uma pessoa que está de fora, que não leu a publicação que vai sair e onde evidentemente colocarás todos esses problemas. Se tu tens um nível do séc. X a.C., pouco espesso, e se por cima disso existe um nível que tu datas do séc. V, o que é que te faz afirmar que não houve descontinuidade de

ocupação?

A.C.F.S. — Porque as pessoas limpavam aquilo que iam habitando. Limpavam a casa... em muitos povoados acontece isso. As pessoas, claro, limpam a casa... se há fossa atiram os detritos para a fossa, se não há fossa não os atiram para aí.

S.O.J. — Mas as populações do séc. V podem "ter limpo" o que tinham a "limpar" e podem ter-se instalado sobre níveis do séc X. Não é? Podia ter acontecido.

A.C.F.S. — Julgo que não, porque a variabilidade dos utensílios, quer a foice de talão, a fíbula de tipo Alcores, os caldeiros de rebites, etc., que aparecem em número expressivo, e as cerâmicas, obrigam a uma certa latitude, dão uma certa latitude.

S.O.J. — Mas talvez não até ao séc. V?...

A.C.F.S. — Não tenho argumentos para que houvesse...

S.O.J. — Até aos sécs. VIII-VII ainda admito caldeiros e os restantes objectos...

A.C.F.S. — Eu coloquei esse nível na minha tese entre 900 e 700, se bem me recordo, e o período de 700 a 500 eu não sei se efectivamente é desses objectos, se é outro qualquer, ou se eles saíram dali.

S.O.J. — Então estás de acordo comigo?

A.C.F.S. — Estou de certo modo. É só para esclarecer que eu não tenho elementos arqueológicos para provar que há uma descontinuidade entre o Bronze Final e a Idade do Ferro.

S.O.J. — Dizes que não tens elementos arqueológicos, mas entre o nível datado do séc. X e o nível atribuído ao séc V, não tens nenhum nível que os separe.

A.C.F.S. — Tenho objectos do séc. IX a VII...

S.O.J. — Há uma sobreposição estratigráfica...

A.C.F.S. — ...e outros que se possam atribuir ao séc. VII e VI não tenho. E não sei se alguém tem.

S.O.J. — Mas podia existir no sítio. Não é uma hipótese?...

A.C.F.S. — Por que não esse nível poder vir até esse período?

S.O.J. — Teríamos de rever um bocado as cronologias globais relativas, pelo menos, a objectos metálicos do Bronze Final.

A.C.F.S. — Não temos nada que rever neste caso concreto.

S.O.J. — Cerâmicas de tipo Baiões até ao séc. V?

A.C.S.F. — Sim. Não temos nada que rever porque não conhecemos os objectos dos sécs. VII e VI. Até este momento não sabemos.

S.O.J. — Mas a Manuela Martins disse que...

A.C.S.F. — Acabou por dizer que não tinha datas para elas porque...

S.O.J. — Mas considera que são do séc. VI.

A.C.F.S. — Considera, mas que não tinha elementos para apoiar a datação.

S.O.J. — Eu não queria meter-me num assunto sobre o qual não tenho elementos; mas apenas o que eu estou a tentar, é raciocinar em voz alta sobre um assunto que nos diz respeito a todos, porque é a relação entre o Bronze Final e o Ferro.

M.M.M. — E que é muito importante. Eu gostaria só de frisar o seguinte: talvez que a situação do Coto da Pena seja diferente, e haja de facto sobreposição de ocupações. Em S. Julião, concretamente, eu disponho de 6 datas que vão até ao séc. VIII, portanto entre o séc. X e o séc. VIII. Mas não existe de facto, no sítio em que se instalou o povoado do Bronze Final, uma continuidade de ocupação para a Idade do Ferro. Essa continuidade é apenas assegurada pela construção de uma muralha, mas não existem níveis de ocupação atribuíveis à Idade do Ferro ou mesmo ao séc. VII e VI. Eu tenho uma sequência de ocupação longa, dividida em três fases, e o povoado do que poderá ser a Idade do Ferro desloca-se para a vertente leste, onde eu vou encontrar algumas cerâmicas de tradição do Bronze Final, já com materiais bastante diferentes; digamos que entram naquilo que as pessoas chamam genericamente cerâmica castreja. É evidente que a fase sécs. VII-VI-V é imprecisa, e é difícil dizer quando é que essas cerâmicas micáceas e com um repertório de formas diferentes aparecem, se no séc. VI, se no séc. V, se no séc. VII e existe realmente um problema de datação. E no outro povoado que eu estudei, que fica a 5 Km. de distância, essa descontinuidade de datação, não do monte, mas da área do Bronze Final, é também evidente. Aí a situação é inversa, o povoado do Bronze Final estava instalado numa vertente e a ocupação do Ferro mais antiga aparece no alto do monte, do cabeço. É evidente que estamos dentro do território do mesmo monte, poderá não haver uma descontinuidade, digamos, em termos de sítio, mas há uma descontinuidade de sobreposição estratigráfica óbvia.

S.O.J. — Mas tu tens elementos para datar, em termos de cronologia relativa, essa primeira ocupação da ladeira do monte?

M.M.M. — No Barbudo tenho três datas, que datam uma fase intermédia do Bronze Final de 800-790. E digamos que o abandono deve coincidir mais ou menos com aquele que se processa no povoado de S. Julião. Deve ser mais ou menos sincrónico. Digamos que aquela fase séc. VII-VI-V, é imprecisa em termos de materiais, os materiais de "tipo castrejo", ou as cerâmicas ditas micáceas que aparecem...

S.O.J. — Mas, de qualquer das formas, nos sítios que tu escavaste, essas cerâmicas que tu dizes micáceas, e que, se eu interpreto bem, são as que vocês chamam "castrejas", remontam a...

M.M.M. — Não tenho elementos de datação absoluta para situar com rigor a emergência dessas cerâmicas.

A.C.F.S. — Mas, para mim, já agora, neste caso concreto, todas elas são posteriores ao séc. V, as micáceas. As do Bronze Final são arenosas.

M.M.M. — Tu estenderias o Bronze Final até ao séc. V?

A.C.F.S. — Neste caso concreto, pode-se prolongar em termos de utilidade até ao séc. V.

S.O.J. — Bom, eu não digo que não, embora, sobretudo em termos de objectos metálicos, como sabes, isso coloque dificuldades de aceitação.

A.C.F.S. — Mas também tem uma dificuldade no séc. VI, nesse mesmo ambiente, etc. A estação é grande; escavei uma área bastante razoável da parte superior e também na vertente e na parte do fundo. O povoado desloca-se, sim, mas apenas nos meados do séc. II. Há continuidade em cima, no alto, até aos meados do séc. II a.C.... Mas as cerâmicas micáceas, para mim, em todos os sítios que me foi dado observar, são todas elas daquilo que eu chamo 2ª fase, dado que é posterior a 500 a.C. Nos nossos dados de Romariz, também essas cerâmicas já são todas micáceas, mas no Coto da Pena não são. Por isso é que eu digo que não tenho dados nenhuns para ver essa descontinuidade, e se é que este caso poderá servir para esclarecer alguma coisa, não pode esclarecer ainda nada... Outra coisa, quanto à estátua-menir do Porto...

S.O.J. — É mais tardia...

A.C.F.S. — É tardia.

S.O.J. — Eu também penso isso.

A.C.F.S. — E no meu entender ela pode ser datada do séc. VI para o séc. V a.C. pelo capacete. E portanto julgo que nada tem a ver com as elites do Bronze Final, mas que poderá ter a ver com outras elites, com outros povos que vieram para esta região, talvez comandados por determinados indivíduos vindos de determinadas áreas.

S.O.J. — Tens alguma coisa a dizer sobre a cronologia?

A.C.F.S. — A ideia que eu tenho é que estaria relacionada com a vinda dos Túrdulos para esta região. Depois de ter analisado o capacete, que, no meu entender, pode ter origens etruscas, que foram bastante assimiladas no Sul da Península, e aqueles pendentes triangulares que também aparecem em Aliseda e coisas parecidas no séc. VI, dá-me a entender que pode estar relacionada com a vinda dos Túrdulos para cá. E já agora um pormenor, por acaso sei que ela é de ali de S. João de Ver, da Vila da Feira, que é precisamente o coração, o centro da terra dos Túrdulos. Por isso é que eu depois de ter pensado um bocado maduramente sobre o assunto, penso que se pode arriscar esta hipótese. E havendo estátuas-menires que são masculinas, outras que são femininas, outras que são do Sul do Douro, não se pode pegar globalmente nisso e dizer que são proto-estátuas, proto-guerreiros, que aparecem todas na zona Norte e nunca na zona Sul. Penso que aquele exemplar poderá significar qualquer chefe eventualmente divinizado que tivesse...

S.O.J. — O do capacete?

A.C.F.S. — O do capacete. Que tivesse comandado um grupo de povos até esta região. É uma hipótese.

Francisco Fariña Busto — Nesse caso da estatuária, então, existiria descontinuidade entre essa estátua-menir e a estatuária castreja, muito mais recente... isto no caso de mantermos a cronologia que temos atribuído às estátuas.

A.C.F.S. — Descontinuidade, não, porque na área a sul do Douro, como disse no meu trabalho, há povoados que começam precisamente a sua ocupação nesse período.

F.F.B. — Não, referia-me ao caso concreto da estatuária, e não ao tema dos povoados.

A.C.F.S. — O argumento da estatuária era para vermos escolas diversas, filiações diversas.

S.O.J. — De qualquer das formas, existem afinidades tipológicas entre todas elas.

A.C.F.S. — Claro. Não são tão elaboradas como as dos guerreiros; mas nós também conhecemos muito mal a outra estatuária que não a dos guerreiros, de que há vestígios, como nos exemplares de Lima e de Lanhoso, etc., estatuária essa que tem a ver com influências mediterrânicas na sua concepção.

S.O.J. — Portanto, para ti, essas estátuas de Chaves, Faiões, de que época seriam? Tens alguma ideia?

A.C.F.S. — A de Chaves entendo que já deve ser da Idade do Ferro (parece-me isso desde o princípio), porque é pouco elaborada; a tipologia da arma, pelo facto desta estar embainhada, não se conhece, mas, de qualquer das maneiras, ela aponta para isso. Recordo-me que, quando ela apareceu, tive uma conversa com Jordá Cerdá na Gulbenkian, e ele disse logo: é da Idade do Ferro. E eu não tenho argumentos. Mas o simples facto de ter um tipo de instrumental, de armas, etc., diferente do outro e com a concepção absolutamente diferente da anterior que apareceu lá na zona de Chaves (Faiões)... eu creio que essa poderá ser já também da Idade do Ferro (entendendo a Idade do Ferro seg. as cronologias europeias e não seg. as nossas). Mas relativamente a essa de Chaves não tenho argumentos nenhuns, a percepção geral que tenho é que efectivamente há zonas diversas de produção, escolas diversas, e que estão bastante distanciadas umas das outras. Julgo que a da Ermida se deve colocar também na Idade do Ferro, muito próxima de um *atelier* que vai ter grande fortuna na região na época romana, com várias figurações de mortos em estelas funerárias. Há uma, que ainda há bocado o Dr. Silva Ferreira me disse que veio de Ponte da Barca, e que é uma estela romana, muito parecida com a "estela dos namorados". Há uma outra, do mesmo género, que é da zona de Melgaço, e depois há na área galega. Nessa zona ali próxima do Soajo há um *atelier* que julgo que é bastante vital na época da romanização e essa estátua pode não estar muito longe disso. Eu não vi a estátua, só conheço o desenho. Mas o tratamento parece-me que exige quase um uso de ferro na sua elaboração. Agora, relativamente à de Chaves não tenho efectivamente qualquer argumento, para além de

que podem ser proto-estátuas de guerreiros, esse núcleo sim, até porque é na zona de Chaves que aparece um grande núcleo de estátuas de guerreiros, designadamente o de Montalegre. Mas este núcleo; porque, já a sul do Douro, não conhecemos mais estátuas de qualquer género, a não ser esta que, pelos dados que tenho, é de S. João de Ver, na Vila da Feira.